



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

003ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Ofícios.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	05
Horário do Pequeno Expediente	12
Dep. Elza Correia.....	12
Dep. André Vargas	13
Dep. Elton Carlos Welter	14
Dep. Valdir Rossoni	15
Horário do Grande Expediente.....	15
Dep. Valdir Rossoni	15
Horário das Lideranças	19
Liderança do PSDB: Dep. Valdir	
Rossoni.....	19
Liderança do PSL: Dep. Luiz	
Carlos Martins.....	20
Liderança do PSB: Dep. José	
Domingos Scarpellini	21
Liderança do PFL: Dep. Plauto	
Miró Guimarães	21
Liderança do PMDB: Dep. Elza	
Correia	23
Liderança do Governo: Dep.	
Natálio Stica.....	24
Liderança da Oposição: Dep.	
Elio Rusch.....	25
Ordem do Dia	26
Leitura do Expediente	26
Discussão/Votação	27
2ª Discussão	27
Requerimentos	63
Ordem do dia da próxima Sessão	63
Transcrições	63

003ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE FEVEREIRO DE 2005**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Gaúcho e Waldir Leite (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofício**

OFÍCIO Nº 011/2005

Curitiba, 18 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Vimos através deste, solicitar a V. Exa. que seja autorizada a liberação do plenário, bem como autorização para a realização de Sessão Plenária Extraordinária, com solenidade e honras do Legislativo, em homenagem ao Dia do Trabalhador, a ser realizado em 27 de abril de 2005, conforme depreende-se do Ofício 3541/2004 da Fundação Força Trabalhista do Paraná - União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana e Estado do Paraná em anexo.

Desde já agradecemos a atenção recebida.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 092/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública desta Comissão, nos dias 22 e 30 de março próximo, às 09h00 no Plenarinho desta Casa, para discussão sobre o Plano de Carreira e Profissionalização dos Funcionários das Escolas Públicas do Paraná, e sobre a Saúde dos Servidores do Estado, respectivamente.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 102/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 28 de fevereiro do corrente (segunda-feira) para pronunciamento do Sr. Diretor do DER, Dr. Rogério Tizzot, sobre a malha viária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 090/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Bulcão Mello, pai do Deputado Federal Abelardo Lupion.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 096/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do adolescente Erickson André Alves, em consequência de atropelamento ocorrido na noite de sábado, 19 de fevereiro passado, causado por motorista embriagado que evadiu-se do local sem prestar socorro às vítimas.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Professora Balbina Branco, 453 - Vila Mariana, CEP 84.020-100 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 097/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações para a empresa Juntas Santa Cruz Ltda.

A referida homenagem deve-se pela recente conquista do Certificado ISO 9000.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 098/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao Sr. Iukyo Onishe.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 089/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, que seja providenciada a Patrulha Escolar para o Colégio Estadual do Jardim Independência, do Município de Sarandi, Estado do Paraná.

Tal clamor se faz diretamente aos Secretários de Estado da Educação - SEED, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva; e da Segurança Pública - SESP, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari.

O motivo de tal pedido advém do relatado pelo Diretor do Colégio, Adauto Silva que, além de estar sendo ameaçado de morte, traficantes estão agindo naquele estabelecimento de ensino.

Os alunos do referido colégio estão enviando ao Secretário da Educação, em torno de 1,7 mil cartas, pedindo providências emergenciais quanto à segurança, não só dos alunos mas do prédio público.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao referido colégio.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 093/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, encaminhando ofício do Colégio Estadual Fazenda Velha - Ensino Fundamental e Médio do Município de Araucária, solicitando, com a máxima urgência, melhorias como a construção da sala de informática, construção da cantina e banheiros, reformas nas salas de aula, conforme xerótipo em anexo.

Requer ainda, que seja dado ciência à Sra. Lidia Antonio, Diretora do referido colégio, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Vital Brasil, 830 - Estação - CEP 83705-720 - Araucária / PR.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 094/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, Sr. Eduardo Requião, solicitando em caráter emergencial autorização para execução de projetos a cargo e a expensas das empresas CBL - Companhia Brasileira de Logística e Coimbra com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento e escoamento de grãos e demais produtos.

A referida solicitação se ajusta com o fato de que a área, de pouco mais de 6000 m², na qual pretende-se executar os projetos, pertence à APPA, bastando assim a expedição de Ordem de Serviços para concretização dos projetos que incrementarão a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 103/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, Sr. Eduardo Requião, solicitando em caráter emergencial autorização para execução de projetos a cargo e a expensas das empresas CBL - Companhia Brasileira de Logística e Coimbra com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento e escoamento de grãos e demais produtos.

A referida solicitação se ajusta com o fato de que a área, de pouco mais de 6000 m², na qual pretende-se executar os projetos, pertence à APPA, bastando assim a expedição de Ordem de Serviços para concretização dos projetos que incrementarão a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 095/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após provação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de destinar uma viatura da Polícia Militar para o Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que libere uma viatura da Polícia Militar, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de assaltos, roubos, entre outras modalidades de criminalidade junto ao Município de Santa Isabel do Ivaí.

O atendimento desta solicitação visa trazer segurança e tranquilidade à comunidade da área urbana e rural de Santa Isabel do Ivaí, podendo significar redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade.

A marginalidade precisa ser enfrentada. Desafiada. Condenada. E isso urge. É um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente em clima de medo. E esse é um dever do Estado. Ele tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, o direito à vida, à segurança, à liberdade.

REQUERIMENTO Nº 091/2005

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, vem REQUERER, ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a presente proposição, para que seja oficiada a Superintendência do INSS no Paraná, para que adote providências visando a instalação de uma

agência do Instituto na sede municipal de Santa Helena, neste Estado, justificada pelo grande número de beneficiários no referido Município e nas unidades municipais circunvizinhas, que seria assim poupado de sacrifícios e dificuldades - como vem acontecendo -, para se locomover até a unidade do INSS mais próxima.

Por essa razão, conclamo os nobres Pares que se dignem a aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 099/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito para posteridade, o artigo "Paraná pede Justiça", publicado no jornal Gazeta do Povo às folhas 14, de domingo, dia 20 de fevereiro de 2005.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo, ao Dr. Roberto Requião, Governador do Paraná, ao Dr. Orlando Pesuti, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná, ao Dr. Antonio Palocci, Ministro da Fazenda em Brasília.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As conquistas se inserem, com destaque, no quadro das grandes mudanças estruturais, de ordem política, econômica e social, vividas pela Nação brasileira. Em meio a todos esses desafios, talvez nenhum deles seja acompanhado com tanta ansiedade quanto o de transformar as instituições do Estado em modelos concretos de modernidade e democracia.

Fomentar o crescimento econômico do Paraná é apostar no progresso do próprio País.

Para que isso seja concretizado com certa urgência, necessitamos a interferência do Ministro da Fazenda para dispensar melhor tratamento ao nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 100/2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito para posteridade nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, o Ofício Circular nº 049/PRES de 03 de fevereiro de 2005, do Dr. Rodrigo Costa da Rocha Loures, Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Rodrigo Costa da Rocha Loures, bem como ao Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados ao Senador Renan

Calheiros, Presidente do Congresso Nacional em Brasília.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As grandes mudanças estruturais de ordem política, econômica e social, vividas pela sociedade brasileira, mas talvez no momento atual nenhuma delas seja mais ansiosamente esperada por nossa sociedade que o desafio de transformar as suas instituições em exemplos concretos de modernidade e democracia.

Esperamos que o Congresso Nacional tome as medidas cabíveis para solucionar tão angustiante problema apresentado pelo Dr. Rodrigo Costa da Rocha Loures - Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 035/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Pastoral da Criança - Diocese de Guarapuava, começou seus trabalhos neste Município em 27 de setembro de 1986, na Comunidade Vila Concórdia do Ramo Santa Cruz, como projeto piloto. É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal em 1999, no Município de Guarapuava.

A Diocese de Guarapuava integra-se, por filiação, à Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança, de quem recebe orientação, apoio e permissão para uso do nome e símbolo da Pastoral da Criança, cujo estatuto adere e cuja supervisão se submete.

A Pastoral da Criança da Diocese de Guarapuava tem como missão lutar para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância. Seus objetivos são a diminuição da mortalidade infantil, a evangelização a partir do ventre materno, a promoção da solidariedade entre as famílias e a co-responsabilidade social.

Face ao relatado e por conhecermos o excelente trabalho desenvolvido pela referida instituição, esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 036/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora de Guadalupe, com sede na localidade de Barra Bonita, no Município de Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares: honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei, em anexo, que pretende declarar de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora de Guadalupe, existente na localidade de Barra Bonita, Município de Três Barras do Paraná, neste Estado. A associação é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza promocional e assistencial, com a finalidade de integrar socialmente as pessoas de terceira idade, através de uma filosofia de ação preceituada em estatuto social.

Considerando os nobres objetivos da entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 037/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais das Três Barras, no Município de Cerro Azul.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, pelo relevante trabalho junto aos moradores e pequenos produtores rurais daquela localidade, buscando defender os direitos econômicos, sociais e culturais de seus associados.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes Pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do Município de Cerro Azul.

PROJETO DE LEI Nº 038/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito estadual.

Parágrafo Único - Esta lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º - Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º - Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º - Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4º - É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obras pública.

Art. 3 - As concessões administrativas regem-se por esta lei, aplicando-se-lhes adicionalmente o disposto nos artigos 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, e no artigo 31 da Lei nº 9074, de 7 de julho de 1995.

§ 1º - As concessões patrocinadas regem-se por esta lei, aplicando-se-lhes subsidiariamente o disposto na Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas leis que lhe são correlatas.

§ 2º - As concessões comuns continuam regidas pela Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelas leis que lhe são correlatas, não se lhes aplicando o disposto nesta lei.

§ 3º - Continuam regidos exclusivamente pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e pelas leis que lhe são correlatas os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa.

Art. 4º - Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V - transparência dos procedimentos e das decisões;

VI - repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

Capítulo II

Dos Contratos de Parceria Público-Privada

Art. 5º - As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no artigo 23 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:

I - o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

II - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade de falta cometida, e às obrigações assumidas;

III - a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe de álea (?) econômica extraordinária;

IV - as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

V - os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

VI - os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

VII - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado;

VIII - a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos parágrafos 3º e 5º do artigo 56 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV do artigo 18 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995;

IX - o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

X - a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

§ 1º - As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, no Diário Oficial do Estado, até o prazo de 15 (quinze) dias após apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

§ 2º - Os contratos poderão prever adicionalmente:

I - os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

II - a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;

III - a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas.

Art. 6º - A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

I - ordem bancária;

II - cessão de créditos não tributários;

III - outorga de direitos em face da Administração Pública;

IV - outorga de direitos sobre bens públicos domaniais;

V - outros meios admitidos em lei.

Parágrafo Único - O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Art. 7º - A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Parágrafo Único - É facultado à Administração Pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível de serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Capítulo III

Das Garantias

Art. 8º - As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal;

II - instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III - contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pela Administração Pública;

IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pela Administração Pública;

V - garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI - outros mecanismos admitidos em lei.

Capítulo IV

Da Sociedade de Propósito Específico

Art. 9º - Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1º - A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º - A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3º - A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4º - Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este capítulo.

§ 5º - A vedação prevista no parágrafo 4º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pela Administração Pública em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

Capítulo V

Da Licitação

Art. 10 - A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

I - autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:

a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;

b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e

c) quando for o caso, e em conformidade no artigo 25 desta lei, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos artigos 29, 30 e 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pelas obrigações contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato;

II - elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;

III - declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual;

IV - estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;

V - seu objeto estar previsto no plano plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;

VI - submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação no Diário Oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital; e

VII - licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.

§ 1º - A comprovação referida nas alíneas b e c do *caput* deste artigo conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, observadas as normas gerais para consolidação das contas públicas, sem prejuízo do exame de compatibilidade das despesas com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - Sempre que a assinatura do contrato ocorrer em exercício diverso daquele em que for publicado o edital, deverá ser precedida da atualização dos estudos e demonstrações a que se referem os incisos I a IV do *caput* deste artigo.

§ 3º - As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

Art. 11 - O instrumento convocatório conterà minuta do contrato, indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta lei e observará, no que couber parágrafos 3º e 4º do artigo 15, os artigos 18, 19 e 21

da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, podendo ainda prever:

I - exigência de garantia de proposta do licitante, observado o limite do inciso III do artigo 31 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993;

II - o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputa, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Estado, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

Parágrafo Único - O edital deverá especificar, quando houver, as garantias da contraprestação do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.

Art. 12 - O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:

I - o julgamento poderá ser procedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima, os quais não participarão das etapas seguintes;

II - o julgamento poderá adotar como critérios, além dos previstos nos incisos I e V do artigo 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes:

a) menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública;

b) melhor proposta em razão da combinação do critério da alínea a com o de melhor técnica, de acordo com os pesos estabelecidos no edital.

III - o edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se:

a) propostas escritas em envelopes lacrados; ou
b) propostas escritas, seguidas de lances em viva voz;

IV - o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiência ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

§ 1º - Na hipótese da alínea b do inciso III do *caput* deste artigo:

I - os lances em viva voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances;

II - o edital poderá restringir a apresentação de lances em viva voz aos licitantes cuja proposta escrita for no máximo 20% (vinte por cento) maior que o valor da melhor proposta.

§ 2º - O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, será feito por ato motivado, com base em exigência, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.

Art. 13 - O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação dos licitantes mais bem classificados, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Art. 14 - Fica a Administração Pública Estadual, suas autarquias e fundações públicas autorizadas a participar, no limite global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata esta lei.

§ 1º - O FGP terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas, e será sujeito a direitos e obrigações próprios.

§ 2º - O patrimônio do Fundo será formado pelo porte de bens e direitos realizado pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos obtidos com sua administração.

§ 3º - Os bens e direitos transferidos ao Fundo serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentando, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

§ 4º - A integralização das cotas poderá ser realizada em dinheiro, títulos da dívida pública, bens imóveis dominicais, bens móveis, inclusive ações de sociedade de economia mista estadual excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pelo Estado, ou outros direitos com valor patrimonial.

§ 5º - O FGP responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

§ 6º - A integração com bens a que se refere o parágrafo 4º deste artigo será feita independentemente de licitação, mediante prévia avaliação e autorização do Chefe do Poder Público Estadual.

§ 7º - O aporte de bens de uso especial ou de uso comum no FGP será condicionado a sua desafetação de forma individualizada.

Art. 15 - O FGP será criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela Administração Pública, com observância das normas a que se refere o inciso XXII do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 1º - O estatuto e o regulamento do FGP serão aprovados em assembléia dos cotistas.

§ 3º - Caberá à instituição financeira deliberar sobre a gestão e alienação dos bens e direitos do FGP, zelando pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez.

Art. 16 - As garantias do FGP serão prestadas proporcionalmente ao valor da participação de cada cotista, sendo vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do FGP.

§ 1º - A garantia será prestada na forma aprovada pela assembléia dos cotistas, nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGP, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP;

IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V - outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI - garantia, real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGP.

§ 2º - O FGP poderá prestar contra-garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

§ 3º - A quitação pelo parceiro público de cada parcela de débito garantido pelo FGP importará exoneração proporcional da garantia.

§ 4º - No caso de crédito líquido e certo, constante de título exigível aceito e não pago pelo parceiro público, a garantia poderá ser acionada pelo parceiro privado a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia do seu vencimento.

§ 5º - O parceiro privado poderá acionar a garantia relativa a débitos constantes de faturas emitidas e ainda não aceitas pelo parceiro público, desde que, transcorridos mais de 90 (noventa) dias de seu vencimento, não tenha havido sua rejeição expressa por ato motivado.

§ 6º - A quitação de débito pelo FGP importará sua sub-rogação nos direitos do parceiro privado.

§ 7º - Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do Fundo poderão ser objeto de construção judicial e alienação para satisfazer as obrigações garantidas.

Art. 17 - O FGP não pagará rendimentos a seus cotistas, assegurando-se a qualquer deles o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, respondendo ao patrimônio ainda não utilizado para a concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

Art. 18 - A dissolução do FGP, deliberada pela assembléia dos cotistas, ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Parágrafo Único - Dissolvido o FGP, o seu patrimônio será rateado entre os cotistas, com base na situação patrimonial à data da dissolução.

Art. 19 - É facultada a constituição de patrimônio de afetação que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGP, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca e apreensão ou qualquer ato de construção judicial decorrente de outras obrigações do FGP.

Parágrafo Único - A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

Art. 20 - A Administração Pública somente poderá contratar parceria público-privada quando a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício, e as despesas anuais dos contratos vigentes, nos 10 (dez) anos subsequentes, não excedam a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Capítulo VI

Disposições Finais

Art. 21 - A Administração Pública estabelecerá, na forma da legislação pertinente, as diretrizes para a concessão de crédito destinado ao financiamento de contratos de parcerias público-privadas, bem como participação de entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 22 - As operações de crédito efetuadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela Administração Pública não poderão exceder a 70% (setenta por cento) do total das fontes de recursos financeiros da sociedade de propósito específico, sendo que para as áreas onde o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH seja inferior à média

estadual, essa participação não poderá exceder a 80% (oitenta por cento).

§ 1º - Não poderão exceder a 80 (oitenta por cento) do total das fontes de recursos financeiros da sociedade de propósito específico ou 90% (noventa por cento) nas áreas, onde o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH seja inferior à média estadual, as operações de crédito ou contribuições de capital realizadas cumulativamente por:

I - entidades fechadas de previdência complementar;

II - empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela Administração Pública.

§ 2º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por fonte de recursos financeiros as operações de crédito e contribuições de capital à sociedade de propósito específico.

Art. 23 - Serão aplicáveis, no que couber, as penalidades previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, na Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 - Lei dos Crimes Fiscais, sem prejuízo das penalidades financeiras previstas contratualmente.

Art. 24 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A proposta legislativa justifica-se como de relevante interesse público na medida que, no atual cenário de escassez de recursos orçamentários para grandes investimentos em setores com estrutura deficitária, como transportes e saneamento básico, dotará o Poder Executivo Estadual de instrumento eficiente para promover o desenvolvimento social no Estado através de Parcerias Público-Privadas, sem comprometer o Tesouro do Estado ou adiar repetidamente os investimentos necessários.

As PPPs - Parcerias Público-Privadas, possibilitam uma sinergia entre os setores público e privado, auferindo-se as vantagens do dinamismo dos mercados sem se perder de vista o interesse público.

A adoção do sistema das PPPs assegura-se, de forma mais adequada, serviços públicos de melhor qualidade, com menores custos para sociedade.

Antes mesmo da edição da Lei Federal 11.079 de 30.12.2004, que estabelece normas gerais para a formalização das PPPs os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul já dispunham e utilizavam este instrumento com base em legislação estadual própria.

PROJETO DE LEI Nº 039/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pela Lei nº 11.096, de 16 de maio de 1995, incluindo o Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º -

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros Municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a inserção do Município de Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, uma vez que muitos de seus munícipes trabalham em Curitiba, sendo que os benefícios elevados pela COMEC devem alcançar a todos os cidadãos que beneficiam ao desenvolvimento da Cidade de Curitiba, assim como trará, também, prosperidade ao Município de Campo do Tenente.

PROJETO DE LEI Nº 040/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, do estabelecimento de adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburantes e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Art. 2º - A desconformidade referida no artigo 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 3º - A falta de regularidade da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual a Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Estabelece a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural, álcool etílico hidratado carburante e demais líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

A proposta ora formulada se justifica pela necessidade de coibir a comercialização de combustível adulterado, em virtude da constatação do crescente aumento dessa prática ilegal, que importa lesão às relações de consumo, constitui crime contra a ordem econômica, implica evasão fiscal, gerando concorrência desleal com os contribuintes que desenvolvem regularmente suas atividades comerciais.

Com o presente projeto de lei, permite-se ao Estado do Paraná mais um instrumento no combate a esta prática ilegal, e prejudicial para os cofres públicos, para os consumidores e para o meio ambiente, razões pelas quais pede o apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 041/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 8º e revogada a Tabela VII, da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais.

“Art. 8º - As Tabelas II e III do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no artigo 49, da Lei nº 6.149/70, ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função institucional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Esse é o texto do artigo 114, da nossa Constituição Estadual, dispondo que, entre as funções mais nobres do Ministério Público, resida a defesa dos interesses sociais das classes mais carentes. Não é admissível, portanto, que através da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o regimento dos Atos Judiciais, haja uma cobrança indevida da taxa equivalente a R\$ 3,00 (três reais), para que o MP intervenha nos feitos de ordem notariais e registrais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei, que pretende revogar cobrança indevida, que traz enormes prejuízos aos mais necessitados do nosso Estado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Sra. Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Fazemos hoje o uso da palavra para colocarmos que, nas manhãs das terças-feiras, no auditório do Museu Oscar Niemeyer, nós temos um importante encontro. Eu considero fundamental esse encontro, que os Parlamentares que assim o desejarem, o Governador do Estado, Vice-Governador, Secretários de Estado, aberta a toda a população. Existe nesse encontro uma prestação de conta das várias Secretarias, dos vários Secretários e esses debates têm sido importantíssimos para fundamentar e orientar esta Casa à participação dos Deputados, à medida que nós tomamos conhecimento das ações do Governo e podemos através dessas informações, repassar para o conhecimento geral e até algumas ações da própria Assembléia Legislativa.

Eu considero, portanto, muito elucidativas essas reuniões e temos lá a presença sistemática do Líder do Governo, o Deputado Stica, do PT, que representa a Bancada do Governo, de Sustentação do Governo Roberto Requião.

Hoje, o Governador lançou um importante programa: assinou junto com o nosso Secretário da Habitação, Luiz Romanelli, com o Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Davi Pancotti, um convênio para a implantação do que eu considero uma grande medida, que é o Programa da Casa do Policial Militar.

Acho que é uma medida assertiva, importante. Aliás, esse também, era um dos itens da campanha eleitoral do nosso Governador Roberto Requião. “Palavra dada, palavra cumprida”. Mais uma ação do Governador para melhorar a qualidade de vida desse importante con-

tingente de homens e mulheres que fazem parte da nossa Polícia Militar do Paraná.

Portanto, esse projeto vai viabilizar moradia aos policiais ativos e inativos, residentes em qualquer Município do Estado, para famílias com renda de R\$ 250,00 a oito salários mínimos.

Essas são as recomendações para a participação desse projeto. O financiamento tem um prazo de 240 meses. As prestações dessas unidades habitacionais não poderão exceder a 20% da renda familiar e os policiais poderão optar pelas construções de sobrados, casas geminadas, ou apartamentos com dois ou três quartos, dotados de toda a infra-estrutura necessária para dignificar a vida do policial do nosso Estado.

Tivemos hoje também a apresentação da nossa Secretaria dos Transportes e do DER prestando conta à população do Estado do Paraná, das ações e dos avanços dessas Secretarias nos anos 2002 e 2003.

Embora sempre existam críticas às vezes até exageradas em relação à atuação do Governo, o Governo tem sido preciso, determinado, corajoso nas suas ações e a Secretaria dos Transportes, mostra, através de um documento bastante importante, fim do descaso, que está numa revista informativa sobre todas as ações da Secretaria dos Transportes que estão à disposição de todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Acho muito importante que os Deputados adquiram rapidamente esse material para que possamos repassar à população do Estado do Paraná a sua ação das nossas estradas que sem dúvida nenhuma melhoraram muito no atual Governo do Roberto Requião. Tem aqui uma evolução da malha viária do Estado. Apesar de termos ainda alguns problemas, ficou claro que há uma evolução positiva e que no Governo anterior houve praticamente uma paralisação enorme em relação à questão da nossa malha viária no Estado do Paraná.

E hoje visitando o Secretário Delazari, levando algumas demandas gostaria de dizer principalmente aos Deputados da região Norte do Paraná, que nós conseguimos com o Secretário, o compromisso do atendimento às demandas dos distritos rurais da região Norte do Estado do Paraná, que a violência chegou lá de uma forma bastante assustadora. Então, cada Distrito da região de Londrina terá um policial militar para cuidar da sua segurança. E também a informação que a nossa 10ª Regional de Polícia Civil de Londrina será totalmente reformada para humanizar, dar o atendimento de qualidade à população de Londrina e região.

Sei que é uma demanda também de V. Exa. e de outros Deputados do Norte do Paraná. Portanto, acho são notícias importantes, que vão melhorar o atendimento da população de Londrina e de todo Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Queria, antes de me pronunciar, fazer um esclarecimento, porque parece que qualquer apontamento que se faz em relação ao Governo de plantão, é crítica, é vista como oposição sistemática, é vista como questão pessoal, porque fulano não se dá bem com esse ou com aquele Secretário ou governante, mas acho que parlamentar, além de bater palmas, além de falar amém, tem que apontar algumas questões que podem ser corrigidas. O próprio Governador assim o disse, dizendo publicamente e reconhecendo, um discurso moderado é verdade, também contribuiu para alguns projetos. Então vai aqui para que os Deputados compreendam que nós estamos apenas apontando um equívoco grave que o Governador cometeu, talvez mal orientado pela sua assessoria, hoje bem paga assessoria, porque seus salários foram reajustados em relação ao nosso Orçamento.

Muita polêmica se estabeleceu ao longo de 2003 e 2004 que também vai perdurar em 2005 e 2006, em relação à implantação da Região Metropolitana de Londrina e Região Metropolitana de Maringá. Queriam os Deputados que articularam esta emenda, inclusive este Deputado, que se iniciasse um processo de implantação da Região Metropolitana de Londrina e Maringá. Mas, mesmo sendo uma emenda coletiva, assinada por Deputados do Governo e da Oposição, foi vetada pelo Governo com um argumento, no meu entender frágil, pois que não baseado em condições concretas ou falta de condições concretas. Mas, o que esperar de um governo que criou uma Secretaria Especial para a Região Metropolitana de Curitiba, senão um veto à implantação da Região Metropolitana de Londrina e Maringá?

Não falar sobre isto, sim, no meu entendimento, seria omissão. Por isso venho aqui cumprir minha tarefa de dizer novamente que há umas questões incompreensíveis no veto apostado à lei orçamentária. Uma delas é a questão da região metropolitana. E a outra, caras companheiras Deputadas e Deputados, veto aos 12 milhões destinados ao Fundo Estadual de Cultura!

O que dizer de um governo que pretende ser moderno - alguns ousam chamar de esquerda - que destina mais de 70 milhões à publicidade oficial, que financia jornais - e "jornalecos" também que estão aí transitando - e veta 12 milhões para o Fundo Estadual de Cultura, para implementar uma política de cultura lastreada neste fundo? Não quer dizer, aqui que não há recursos para cultura! Nem foi isto o que eu disse, mas este veto, no meu entendimento, é absolutamente incompreensível.

Portanto companheiros, mesmo sem estar na pauta, quero aqui convocá-los e convidá-los para que possamos derrubar este veto do Governador e possamos, mais que isto, cobrar do Governo deste Plenário, deste Parlamento,

que possa dar atenção a esta concepção integrada das regiões metropolitanas, que geram benefícios para estas cidades.

Entendo, sim, que os municípios da Região Metropolitana de Curitiba precisam de atenção. Mas, também os da região de Londrina, da região de Maringá...

Uso do horário destinado à liderança do PT.

Faço, aqui, uma reflexão que fiz há pouco, do Deputado Welter, de Toledo. O Ministério das Cidades faz um convênio com um banco interamericano para habitação popular, chamado PSH e com o Banco Mundial. Os Municípios que são partícipes de uma região metropolitana, podem captar no Ministério das Cidades, um valor por unidade a fundo perdido. Portanto, é um dinheiro que vem para resolver os problemas habitacionais da baixa renda; recebem 6 mil reais por unidade. Os demais municípios, 4 mil e 500 reais. É uma das vantagens de uma região metropolitana!

O que dizer da questão do lixo? Agora mesmo, o Deputado Walter que ocupará este horário, falará sobre uma lei federal e comentará sobre consórcios intermunicipais para equação de problemas como lixo, transporte coletivo. Mas, talvez, como disse o Deputado Nelson Justus outro dia, é preciso ouvir mais, ouvir aqueles que estão exercendo seu mandato e não aqueles que vão dizer apenas amém e bater palmas para o Governador.

Esta questão da Região Metropolitana é também uma contribuição desta Casa que elabora leis, e a maior delas, e mais importante delas, é a lei orçamentária. Função, portanto, que todos exercemos com responsabilidade, mas, quando se trata, Deputado Stica, de uma questão de Oposição e Situação, talvez possa competir ao Governo o veto: mas essa questão foi por acordo nesta Casa, o orçamento foi votado por acordo nesta Casa. Portanto, os doze milhões para o Fundo de Cultura e esses recursos para as Regiões Metropolitanas não poderiam - como outras emendas inclusive, mas essas em específico - sofrer o veto.

Portanto, vamos debater, e no meu entendimento, nós devemos derrubar esses vetos porque eles não são fruto de uma orientação adequada prestada ao Sr. Governador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Elton Welter

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tenho em mãos uma proposição que está tramitando no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 3884/2004. Esse projeto institui normas gerais de contratos para constituição de consórcios públicos, bem como de contratos de programas

para prestação de serviços públicos por meio de gestão associada e dá outras providências.

Esta lei tem prioridade para ser votada no Congresso Nacional. Esta lei vai criar condições para que Prefeituras, entes federados, Estados, possam celebrar parcerias e consórcios. Por exemplo: na região Oeste do Paraná existem vários rios que convergem para o lago de Itaipu, projetos na área ambiental feitos em forma consorciada com certeza terão prioridade de desembolso do Governo Federal e do Governo Estadual.

Este projeto tem o seguinte objetivo: otimizar recursos humanos e também equipamentos. Este projeto tem também os seguintes objetivos: tornar mais eficaz as ações e programas implementados pelos Prefeitos, pelas Prefeitas, pelos agentes públicos.

Agora vai ampliar a criação desses consórcios com a regulamentação desta lei. Vai facilitar sem sombra de dúvidas para que uma Prefeitura pequena lá do interior, se ela for vocacionada de repente para a fruticultura, dificilmente essa Prefeitura terá condições de pagar um engenheiro agrônomo, especializado em frutas, do seu próprio bolso; e com o consórcio, de forma articulada com outros Municípios, é possível, sim, diluir a despesa desse profissional através desses consórcios. Então, é uma medida muito importante. Na área de um equipamento, uma máquina pesada, ou coisa do gênero, que uma Prefeitura muitas vezes não comporta comprar sozinha, pode até comprar, mas ela pode ficar ociosa; é possível celebrar também esses consórcios onde se dilui as despesas, e haverão programas e projetos federais, principalmente para que esses equipamentos sejam adquiridos de forma colegiada para aproveitar a máquina, ou para aproveitar os recursos humanos, que muitas vezes é escasso inclusive, principalmente nas Prefeituras do interior, as dificuldades que os Prefeitos e Prefeitas muitas vezes têm de compor a sua equipe atendendo pré-requisito da questão técnica, política, e também da honestidade.

Então, esse projeto, seria salutar que esta Casa fizesse um requerimento pedindo para que o Congresso Nacional agilizasse, pois ajudará muito os novos prefeitos que tomaram posse no dia 1º de janeiro.

O objetivo principal do ponto de vista técnico da aprovação desta proposta é a seguinte: 01) a instituição de um mecanismo de coordenação federativa adequada às diversas escalas de atuação territorial; 02) o fortalecimento do papel do ente público de agente planejador, regulador e fiscalizador de serviços públicos; 03) a possibilidade de incrementar a efetividade das políticas públicas executadas em parceria por diferentes entes governamentais; e 04) a necessidade de superar a insegurança jurídica dos atuais arranjos de cooperação entre os entes públicos brasileiros, resultando em maior previsibilidade das políticas executadas pelo Estado.

Portanto, essa legislação dará uma garantia de que as ações, programas e projetos dos governos tenham eficácia. Os Prefeitos que se atentarem criando consórcios

ou celebrando parcerias entre seus Municípios vizinhos conseguirão ter mais eficácia na implementação dos programas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para - não quero ter aqui a pretensão de contestar o que o Governador disse aqui no início dos trabalhos desta Casa, - colocar aqui o que alguns Parlamentares pensam do seu pronunciamento.

Claro que é muito mais fácil a voz do Governador chegar nos recantos do Paraná, do que a voz do Deputado Valdir Rossoni, mas espero que o nosso contraditório sirva também para a população paranaense refletir sobre o momento em que estamos vivendo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Requião, um contador de estórias

A meu redor, o barulho pachorrento, repetitivo. Vozes se sobressaindo muito longe, muito perto. Frases que passam indiferentes, de pessoas indiferentes que passam”.

A citação está na crônica ‘Os bruxos que nos governam’, de Airo Zamoner, publicada pelo jornal Hora H na última quarta-feira, dia 16, um dia depois de o Governador Roberto Requião ter vindo aqui, nesta Assembléia Legislativa, para pintar o Paraná de cor-de-rosa.

Afinal, para quem já pintou cavalo em arroubos de juventude, colorir o horizonte que se vislumbra até o rio Passaúna é um feito perfeitamente normal.

Diz ainda o autor da crônica citada que há novas bruxas que riem, sacodem, ameaçam com suas diabólicas ferramentas.

Não esquece, porém, de lembrar que as pessoas passam. E o que fica é a história.

Pois bem, o Governador Roberto Requião tem aprimorado, ao longo dos anos, a sua capacidade de construir versões nas quais só ele e um punhado de apaniguados acreditam.

O Governador divaga sobre o que não conhece e condena o que não sabe. Mas condena. E critica. E destrói. E desacredita. Parece seguir o exemplo do troiano Enéias, que na poesia épica de Homero declara-se versado em fazer ameaças e dirigir impropérios.

O mesmo Enéias, entretanto, não deixa de reconhecer que ágil é a língua dos mortais, e nela há muitas palavras de toda sorte, e amplo é o campo do discurso. E que tais palavras tu dirás, tal resposta hás de ter.

Como analista de ideologias, o Governador concentra a sua verborragia na condenação do que ele chama de neoliberalismo, a cruz do mundo, depois da aliança PT/PMDB, cavalo de batalha da militância ‘requianista’. Como se os males do presente fossem causas do passado; como se os governantes de hoje não tivessem responsabilidade sobre as obscenas taxas de juros; como se os mandatários de plantão não tivessem culpa pela falta de investimento em infra-estrutura; como se os governantes que falam grosso tivessem direito à indulgência plenária em seus atos no poder.

Sabemos todos nós nesta Casa que quem exerce o poder com os olhos permanentemente fixos no espelho do retrovisor, corre o risco de errar a estrada e cair no desvio da história, sem nada deixar de útil para a sociedade. Pior ainda, quando o retrovisor vive embaçado pelo bafo dos assessores”.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passa a usar o Horário do Grande Expediente, no qual está inscrito.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

“Incompreendido por alguns, Maquiavel já dizia no seu tempo que as injúrias devem ser cometidas todas ao mesmo tempo, de modo que sendo sentidas por menos tempo, ofenda menos. Os benefícios, por sua vez, devem ser concedidos gradualmente, de forma que sejam melhor apreciados. Pois bem, o Governador contraria na sua prática diária o pensamento de Maquiavel, o que de forma alguma serve de elogio, já que Maquiavel foi e é ainda incompreendido pela maioria.

O Governador faz da agressividade sua marca registrada e do ataque aos seus adversários políticos um discurso que se repete a toda hora, feito realejo fatigante. Ao se autoconceder o papel dos despossuídos e desapossados, o Governador cede ao apelo fácil do populismo e do assistencialismo; ao se enfurecer contra os pensamentos dos políticos divergentes, assume o posto de radical fora de moda.

Na contramão da história, julga e condena sem o processo e sem a competência para tal; fala mal sem o fundamento teórico. Maquiavel já dizia: “é prudente quem age de acordo com as circunstâncias e da mesma forma é infeliz quem age opondo-se ao que o seu tempo exige”.

Dizer que o Governador está cuidando de uma parcela de 22% de paranaenses há décadas das reformas liberais, colocou à margem do mercado da vida, é chamar a todos nós de ignorantes. O IBGE mostra que o Brasil tem hoje 40 milhões de pessoas com peso acima do nor-

mal. E apenas 10% disso de subnutridos, o que é o indicativo dos discursos equivocados do Governador Requião e do Presidente Lula. Há muito tempo que nós do PSDB estamos dizendo que o foco está errado, que ao invés do “Fome Zero” o Brasil precisa é de um programa de “emprego já”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No seu discurso, o Governador repetiu ainda que a sua administração tomou o controle público da SANEPAR. Ora, a SANEPAR nunca deixou de ser uma empresa pública controlada pelo Governo do Estado! O que o Governador insiste em dizer é que a SANEPAR estaria mais preocupada com a ampliação dos seus serviços do que com o lucro. Veja a contradição: ora, em 2003, no primeiro ano da atual administração, a SANEPAR teve 262 milhões de lucro, o maior da sua história.

Desconfio que o discurso do controle público serve apenas para que o Governador nomeie livremente os diretores da empresa como acontece agora com a indicação, Srs. Deputados, do ex-Prefeito de Ponta Grossa, Péricles de Mello, para a Diretoria Administrativa, e com a nomeação do seu primo Heitor de Mello e Silva para a Diretoria de Investimentos.

Há algo estranho também na manutenção de Stênio Jacob na Presidência da SANEPAR, cargo que ele acumula com a Diretoria Comercial, quando a imprensa noticia que ele está denunciado pelo Ministério Público por irregularidades administrativas na Prefeitura de Blumenau em Santa Catarina, durante o período em que foi Secretário Municipal.

O Governador também fala que o Estado vai investir 504 milhões em saúde, mas esquece de contar que a cifra inclui gastos com saneamento e com o plano de saúde dos servidores públicos. E, infelizmente, faltou compreensão para que fosse aprovada a lei que disciplinava os investimentos de saúde no Paraná. O resultado é que a manobra do Governo para contabilizar as despesas estranhas está tirando da saúde pública do Paraná, cerca de 300 milhões por ano.

Na educação, com o início do ano letivo, a imprensa registra que pelo menos 5000 alunos estão sem aulas em diversos pontos do Estado por falta de escolas. São obras que não aconteceram no tempo certo e que prejudicam os estudantes do Paraná.

Outra coisa estranha, caros Deputados. De 25 obras autorizadas pela FUNDEPAR no último trimestre do ano, vinte foram sem licitação, o que por si só já merece a abertura de processo investigatório do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Sobre as suspeitas que pairam no ar, gostaria de lembrar o que já dizia o trecho da carta do Conselheiro Francisco Gomes da Silva, o primeiro “aspone” do Brasil Imperial ao Marquês de Barbacena, seu desafeto: ‘vós dizeis a todos que a era da roubalheira tinha se acabado e o vosso ministério faria o Brasil mergulhar num mar de felicidade, nunca antes imaginado. Oh, senão não mentem os jornais que tenho lido, está tão distante de aconte-

cer como um cão que se ponha a falar’. Ora, se não é o caso, é urgente o esclarecimento detalhado das suspeitas que pairam sobre o governo do Estado. Suspeitas como as que já pesam sobre o “negócio de compadre” feito na transferência das Centrais Elétricas do Rio Jordão, a ELEJOR para a COPEL. Por incrível que pareça, o Governador não incluiu a ELEJOR nos seus feitos, no seu pronunciamento, ou as seguidas denúncias de irregularidades administrativas do Porto de Paranaguá, onde está ancorado o seu irmão Eduardo Requião, ou ainda - importante para esta Casa - as suspeitas que pesam sobre a Secretaria da Comunicação Social, onde o titular, o fugitivo Airtton Pisseti, foi acusado pelo Secretário da Indústria e Comércio, Luiz Mussi, de cobrar propina para liberar verbas de propaganda. Enfim, a lista de suspeitas é extensa, muito extensa, Srs. Deputados.

Na segurança pública é importante a nossa reflexão. O governo criou o Projeto Povo e a Patrulha Escolar, mas se esquece de dizer que tirou esses policiais do atendimento direto à população. Então, o que acontece é que o atendimento de 190 está muito mais demorado, por falta de pessoas, e nem por isso a criminalidade diminuiu. O governo cobriu um santo e descobriu outro.

Ora, fez apenas 1200 contratações de policiais militares, dos quais, Deputado Luiz Carlos Martins, 800 faziam parte de um concurso realizado pelo Governo anterior. Digo apenas 1200 contratações, porque a cada ano são excluídos da PM entre 500 e 600 policiais, por motivos de aposentadoria, morte e desvio de conduta. Assim, o que houve, apenas não foram contratações, foi reposição do quadro que lá já existe. Ainda na semana passada ouvia desta tribuna o Líder do PFL, Plauto Miró Guimarães, onde relatava a ocorrência de 24 roubos de máquinas agrícolas, em menos de dois meses nos Campos Gerais. Onde estão, Srs. Deputados, as patrulhas rurais que a Polícia Militar mantinha no passado e que garantia a segurança dos agricultores paranaenses?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que em 1994 - atente para isso -, daquela tribuna, ao final do primeiro Governo Requião, o Paraná tinha a melhor malha rodoviária do Brasil! É de um cinismo inigualável! É assombroso que o Governador exerça tamanha ousadia. Quem não se lembra das placas, que o então Governador Requião mandou colocar ao longo das principais rodovias do Estado, para justificar os milhares de buracos e a falta de conservação, atribuindo, sim, a responsabilidade ao governo federal?

É preciso, Srs. Deputados, refrescar a memória do Governador! Talvez ele esteja mais preocupado com a sua cruzada messiânica contra os transgênicos, talvez ele esteja mais concentrado na decisão do Governo Federal que vai privatizar a 116 e a 376, implantando mais pedágio no Paraná. E nesse caso, o que fará o nosso Governador com a placa que ele mandou colocar na divisa com Santa Catarina, onde afirma que o pedágio baixa ou acaba?

Com certeza, Deputado Anibelli, não vai esquecer de tirar essa placa, como esqueceu de cumprir a promessa eleitoral de baixar ou acabar com o pedágio no Paraná. O pedágio não só não acabou e nem baixou, como aumentou em média 18% nos últimos dois anos!

Nos trechos onde o Governo fez acordo - é importante esta parte, porque ele faltou com a verdade daquela tribuna - com as concessionárias para reduzir as tarifas, as empresas foram desobrigadas, sim, Sr. Governador, de realizar obras e novos investimentos, quando disse aqui que não tinha desobrigado, e em outros trechos o pedágio aumentou mais nos dois primeiros anos do Governo Requião do que nos últimos dois anos do Governo anterior.

(Discussão em plenário. A palavra é assegurada, pelo Presidente, ao orador)

Sabia eu que deixaria muitas pessoas furiosas!

E para encerrar o meu pronunciamento, dizer que é o caso, por exemplo, do trecho Curitiba-Paranaguá. Aqui o pedágio teve um aumento de 48% no Governo anterior, equivalente a 20% abaixo da inflação do mesmo período. Mas, no atual Governo, subiu 60% no Governo Requião, ou seja 33% acima da inflação!

Nos trechos da ECONORTE, que fica no Norte do Estado, o pedágio ficou 16% abaixo da inflação nos últimos dois anos do Governo anterior e no atual Governo subiu 30% acima da inflação. É importante que vejamos esses números! O pedágio não é uma questão política, mas o Governador insiste em tratar o assunto por esse lado. Por isso, é legítimo que nós, da Oposição, cobremos aqui mais uma vez o cumprimento de promessa de campanha, a menos que o Governador venha a público e confesse que usou o discurso apenas para ganhar a eleição - lembremos aqui o caso Ferreirinha.

No interesse da população paranaense o Governo precisa ter a humildade de querer trocar as manchetes de jornais pela negociação séria com as concessionárias para reduzir o pedágio.

Aqui também faço uma pausa para inserir a lição de Maquiavel que diz: "Todos sabem que é louvável em um príncipe, manter a palavra empenhada e viver com integridade e não com astúcia". Entretanto, a experiência dos nossos dias mostra que os príncipes que tiveram pouco respeito pela palavra dada, puderam, com astúcia, confundir a cabeça dos eleitores, do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no capítulo das promessas não cumpridas não poderia deixar de ser mencionado ainda a área de habitação. Importantíssima a área de habitação para que todos nós tenhamos conhecimento dos números.

Na campanha eleitoral, o Governador Requião prometeu construir duzentas mil casas em quatro anos. Deputado Scarpellini, está escrito na proposta de Governo do então candidato Roberto Requião, hoje, Governador. Pois bem, já se passaram mais de dois anos

e balanço da COHAPAR é melancólico. Até agora foram construídas apenas 2990 casas, segundo o balanço da COHAPAR. São os números que estão na Internet. Em comparação ao Governo anterior, que construiu cinquenta e três mil casas, metade de tudo o que a COHAPAR havia feito até então, desde 1965 quando a Companhia foi criada.

É importante, Srs. Deputados. Vejamos como o Governador Requião trata os Municípios do Paraná, escolhidos aleatoriamente aqui no meu pronunciamento. Não escolhi. Escolhi apenas União da Vitória. Vou citar alguns exemplos, Deputado. Em Campo Mourão, o Governo anterior implantou 14 projetos e construir 816 casas. Até agora, o Governo Requião não fez nada em Campo Mourão, segundo o balanço da Internet. Está zero a oitocentos e dezesseis.

Em Cascavel, o Governo anterior implantou 14 projetos e construiu 793 unidades habitacionais. E o Governo Requião apenas concluiu a Vila Rural com trinta unidades habitacionais.

Meu caro Deputado Anibelli, para nossa tristeza, falo aqui com orgulho, de União da Vitória. Em União da Vitória o Governo anterior implantou oito projetos e construiu 219 casas. O Governo Requião não fez nada em União da Vitória, segundo a COHAPAR, e por aí vai. O Balanço é desolador. Considerando a promessa eleitoral e os números da COHAPAR, o Governador Requião está devendo aos paranaenses exatamente 197 mil casas. 197 mil e dez casas populares! Os senhores acreditam que a promessa vai ser cumprida, se em dois anos foram construídas apenas 2.910?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador ainda investe. Quantas grandes empresas instaladas no Paraná, atacando a Renault que já teria gerado seiscentos e cinquenta milhões em ICMS e recolhido apenas dois milhões! Ora, esse é o maior atestado que o Governador poderia dar sobre o acerto da política industrial, praticada pelo Governo anterior. Ora, se o Estado tem 650 milhões em ICMS para receber da Renault após o prazo previsto do contrato de incentivos fiscais, quem vai ganhar com isso é o Estado do Paraná. Esse dinheiro será recolhido aos cofres públicos, no futuro. Não foi dado nada, porque se estivesse em outro Estado não teria aqui os empregos, não teria aqui o transporte, não teria aqui as riquezas que estão sendo produzidas no Paraná. Assim mesmo aconteceu, como foi o caso da Chrysler, que pagou ao Estado do Paraná 106 milhões quando desativou a sua empresa aqui no Estado, que foi trazida pelo governo anterior. Nada foi dado de graça.

A crítica, Deputado Luiz Carlos, Deputado Elio Rusch, a crítica do Governador é choro de quem não tem competência para atrair investimentos para o Estado do Paraná. O governo atual está vivendo, sim, dos frutos semeados pelo Governo anterior e é por isso que o atual Governo pode isentar de impostos as pequenas e micro-empresas e concentrar a sua arrecadação nas grandes corporações. Uma coisa é consequência da outra. Mas se o

Governador Requião, Deputado Scarpellini, continuar tendo como líder o amigo Hugo Chaves, certamente o Paraná tão cedo não verá novos investimentos de grandes empresas nacionais ou estrangeiras para movimentar a nossa economia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro com uma citação do grande jornalista, Joel Silveira, que nunca se curvou aos poderosos, dizer - “o perigo nesses senhores do governo é quando eles substituem a competência que lhes falta pela esperteza que lhes sobra”. Repito o que Joel Silveira disse - “o perigo nesses senhores do governo é quando substituem a competência que lhes falta pela esperteza que lhes sobra”.

E renovo aqui, Deputado Durval Amaral, renovo aqui o compromisso da Oposição nesta Casa, de fiscalizar permanentemente os atos do Governo e cobrar o cumprimento de promessas feitas na campanha eleitoral. Tal como Enéas na poesia de Homero reafirma - não conseguirás com palavras afastar-me da minha ânsia de combater.

Prezados Srs. Deputados, para que eu possa conceder apartes aos Srs. Parlamentares, este pronunciamento se faz necessário, que como disse aqui no início do meu pronunciamento, este discurso pachorrento e repetitivo, precisam ser mostrados os números porque estes não têm como fugir. Podemos acessar agora a Internet e verificar os números das casas construídas no Paraná - deve aos paranaenses 197 mil e dez casas.

Falar em seriedade daquela tribuna? Primeiro deixa o seu líder cumprir a palavra nesta Casa e deixa o fugitivo Pissetti vir a esta Casa para prestar contas da acusação, não feita pela Oposição, Deputado Luiz Carlos Martins, mas feita, sim, por um Secretário parceira de governo de Pissetti!

Ora, engraçado! Para quem conta e pinta o Paraná de cor-de-rosa, esquece de inserir no seu pronunciamento um feito como a questão da ELEJOR? Esquece de inserir no seu pronunciamento um feito como o Porto de Paranaguá, onde todos sabem, os caminhões tombam ao chegar ao Porto, por falta de por falta de acesso e de infra-estrutura!

Enfim, eu teria aqui muito mais para falar aos paranaenses.

Quero agradecer a coragem do Canal 21 por estar aqui transmitindo aos paranaenses para que eles tenham conhecimento que aqui nesta Casa existe, sim, Deputados que respeitam o Governador, mas que não temem o Governador! O Governador tem que aprender a ouvir!

Tenho certeza absoluta que por mais simples e mais humilde que este Parlamentar seja, este pronunciamento vai calar fundo no Governador, porque ele sabe que tem que parar! Porque nós temos respeito é que não podemos, Srs. Deputados, permanecer calados, sentados nas poltronas, ouvir o Governador falar o que ele bem entende, construir um Paraná que eu disse à imprensa naquele dia quando me questionavam: “eu gostaria que o Governador me desse o endereço desse Estado que ele

descreveu, porque lá quero viver, lá é o paraíso!”, porque o Estado que ele descreveu, da tribuna, não é o Estado que eu vivo. Neste Estado que eu vivo faltam salas de aula, não tem Segurança, olha que barbaridade!

Deve ser um grande admirador do Governador quem colocou placas nas rodovias do Paraná dizendo que a Segurança do litoral foi excelente. Claro que foi excelente, deixaram o Paraná, o interior do Estado sem policiais! Cito um exemplo da minha querida Bituruna, cidade de 15.000 habitantes, todo ano tem a Festa da Uva, reuniram-se lá, no domingo, em torno de 15.000 pessoas. Sabem quantos policiais tinha naquela cidade? Nenhum! Sabem quantos policiais tinha no módulo policial? Dois! Sabem quanta gasolina tinha no tanque dos veículos? Zero! Se não fosse o Prefeito daquela cidade, nem o plano poderia acontecer!

Estou falando aqui de cadeira, de quem viu esse acontecimento. Não me deixa feliz a situação do interior do Estado! Quando há este deslocamento para o litoral, devemos reconhecer, sim, foi feita uma boa segurança, mas não podemos penalizar quem não pode passear, quem não pode descansar. Claro que também aqueles que descansam merecem a proteção e a segurança, mas abandonar o interior, como fizeram... Quero dizer aos senhores e o Deputado Anibelli sabe e no aparte pode dizer se é verdade ou não: na minha cidade foi assaltado o padre, na cidade de Palmas, o portão do Sudoeste, foi assaltado o bispo! E aí vem aqui dizer que a segurança do Paraná é a melhor do Brasil! Então imaginem como está a segurança do resto do Brasil!

Srs. Deputados, acredito que pode ser aqui marcado entre tantos números que trouxe, duas questões: por que o pedágio subiu 33% a mais que a inflação, para Paranaguá? Por quê? Outra questão: será que o Governador Requião vai fazer com as 200.000 casas o que fez com o pedágio? Será que não precisa mais construir salas de aula? Outra questão: por que mandar fazer 25 projetos, 20 sem licitação? O que houve de emergência neste Estado? Nada!

Concedo, inicialmente, o aparte ao primeiro inscrito, Deputado Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Rossoni, V. Exa., quanto ao padre de Bituruna e ao bispo de Palmas, tem razão.

Agora quero cumprimentá-lo por duas partes do seu discurso. O primeiro: não sei se V. Exa. faz na condição de novo Líder da Oposição, vossa assessoria melhorou muito. V. Exa. citou autores aí que é difícil no seu discurso, durante o tempo que lhe conheço. V. Exa. caprichou e foi se rebuscar numa assessoria maravilhosa.

E a segunda parte do seu pronunciamento já é de sua autoria; conheço a sua linguagem e a sua maneira de atacar e de ser um guerreiro da Oposição. Quando era Líder do Governo, V. Exa. foi um guerreiro do Governador Jaime Lerner. V. Exa. não foi feliz quando disse que o Governador atacou esta Casa. Nunca vi o Governador tão

tranquilo fazendo um discurso maravilhoso, dos melhores discursos que fez, inclusive elogiando a Bancada de Oposição!

Quanto ao Porto de Paranaguá, V. Exa. é Presidente da CPI, mas sabe que até agora sabemos que as pessoas que fizeram a CPI e quem são os que entraram no jogo da CPI. E eu, ao menos da minha parte, não faltei a nenhuma reunião e não descobrimos nada diferente do que a imprensa noticiou.

Quanto ao pedágio, V. Exa. se rebusca em números para acusar o Governador, quando sabemos que quando o Governador Lerner reduziu em 50% para conseguiu sua reeleição, ele desonerou as empresas e teve concessionárias que tiveram prorrogado o seu edital que constava que quando eles ganharam aquelas concessões foi jogado para 2008, para 2004, foram feitas concessões de mais de 500 quilômetros exonerando essas empresas. O Governador Roberto Requião se não fosse briguento, duro, e se as concessionárias não tivessem medo da fibra do Governador, o nosso pedágio já teria subido mais 200%! Ficamos 18 meses sem aumento de pedágio! E depois, houveram as negociações e ainda estão em andamento.

Falamos até em pedágio novo. E quando vocês trouxeram o bolo do pedágio, aqui, e se fizessemos até pedágio nas nossas estradas secundárias no Paraná talvez tivéssemos estradas da dignidade do povo do Paraná. O Governador, quando fez a duplicação da Garuva-Curitiba, usou recursos do Estado. O Governador, quando disse aqui que entregou o seu Governo em 1994, que ele deixou as estradas, talvez não seja a melhor estrada do mundo, mas nunca horrível como as estradas que o Lerner legou ao Paraná e a nossa história de um Estado produtor.

E o Governador vem recuperando as estradas quando as concessionárias receberam um presente e estão estuprando o povo do Paraná, com a aquiescência de V. Exas.! Agora, V. Exa. quando fala que tem saudade, cito União da Vitória, talvez o dinheiro que o Governador está economizando e gastando nas estradas seja o dinheiro que ele deixou de dar às rádios de União da Vitória. Não estou dizendo que é sua, mas V. Exa. deve ter indicado algumas de União da Vitória para receber 300, 200, 400 não só União da Vitória, mas como Ponta Grossa, Guaruva e outras cidades do Paraná! Podem dizer do Governador tudo, que ele é grosseiro, mas que ele é honesto, que ele acabou com a mamata! Não consegue colocar na cadeia todos os ladrões, porque estamos construindo penitenciárias. Estamos fazendo um esforço muito grande.

O Paulique já está livre, talvez possamos convocá-lo para vir aqui, contar a verdade.

(Discussão no Plenário)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

(Discussão no Plenário)

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Estou encerrando, Deputado Rossoni.

V. Exa. não sei se é o novo Líder da Oposição, tenho certeza que mudou de assessoramento. O seu discurso exprime a saudade do Governo, a vontade de continuar naquela mordomia do Governador Jaime Lerner. Acho que V. Exa. vai ter que agüentar o Requião mais dois anos. E se Deus quiser, na sua reeleição, para que o Paraná tenha a verdade, o Brasil conheça o Paraná com a verdade e não com a mentira.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Anibelli, o aparte deve ser breve e cordial e cabe ao orador que está na tribuna conceder o aparte.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

A Presidência não me cassou, aceito.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedi o aparte ao Deputado Anibelli, porque não achei que o meu pronunciamento tinha calado tão fundo.

Peço aqui a anuência do Deputado Traiano, para que eu use o Horário da Liderança.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Está concedido.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está então no Horário da Liderança.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas digo aos senhores o seguinte: eu sabia que a reação seria essa, os números, Deputado Scarpellini, ninguém viu.

O que pode mudar é o verbo, a agressão. Diga-se de passagem, é estilo de quem não tem argumento. Isso é uso do maior líder deles, que ensina dessa forma. E seguimos o líder. Acho que isso é algo que temos que reconhecer: seguir o líder, porque é fácil subir naquela tribuna e falar os números que assim deseje.

Quero só responder uma citação, aqui dentro da questão de comunicação. Desculpe-me citar aqui: “a língua é o chicote...”.

Sabe por quê? Esse ano o Governador vai gastar em torno de oitenta milhões, em comunicação social.

Por isso que o fugitivo do Pisseti não vem aqui, É por isso que dá desespero.

Com o aparte o meu ilustre Líder, Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Valdir Rossoni, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Nesse pequeno arrazoado escrito por V. Exa. para contrapor aos números trazidos a esta Casa, pelo atual Governador Roberto Requião, realmente é digno de elogios.

O Paraná precisa tomar conhecimento e saber que aqui desta Casa, que é o grande fórum de debates da sociedade paranaense, representada pelos mais diversos segmentos através dos seus Parlamentares, existem vozes que realmente não concordam com aquilo que tenta o Governador Roberto Requião impregnar na mente da sociedade paranaense.

Nós conhecemos mais do que nunca o estilo político do Governador Roberto Requião. Um Governador que vive da polêmica; ele não sabe viver de forma diferente.

Com a permissão daqueles que aqui estão, com o devido respeito que tenho com os Srs. Deputados, sei perfeitamente que o Governador não respeita a população paranaense e não respeita os seus Pares. Isso no trabalho do dia-a-dia, no curso do seu mandato, em desrespeitos frequentes aos Deputados, aos Prefeitos, aos Vereadores, no afronte que ele faz permanentemente àqueles que recorrem à ajuda do Governo do Estado. Esse é o estilo.

Mais recentemente, Deputado Valdir Rossoni, lembro e quero fazer lembrar ao Deputado Anibelli que lamentavelmente disse que o Governo comprava a imprensa.

A imprensa paranaense não merece, com certeza, desses Parlamentares, como não merece do Governo, essa afronta de que a imprensa paranaense é comprada.

Recentemente o Governador Requião afrontou o nosso Diretor da Rede Paranaense de Televisão. Um homem digno, honrado, que representa o Paraná, que aqui lidera movimentos em defesa deste Estado.

E lá no Palácio Iguaçu, no estilo grosseiro, de quem num rompante acha que ganha pelo grito, afrontou o nosso diretor da Rede Paranaense de Televisão! E esta Casa não pode, de forma alguma, ficar calada. Além disso, V. Exa. colocou com precisão, com clareza, com números. Contra números e fatos não há argumentos. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo discurso e pelo aparte.

Felicidades pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero inclusive pedir escusas se algo pode ter sido dito aqui, de repente não colocando as palavras certas na hora certa. Mas não recuo um centímetro dos números que trouxe aqui a esta Casa. Sei que vai calar fundo, talvez Deputado Luiz Carlos, com esse pronunciamento o fugitivo Pissetti venha a esta Casa, talvez o Governador

ouça que quando vem àquela tribuna tem que falar somente a verdade, porque aqui não existem bobos, existem pessoas que podem estudar e bem fez o Deputado Anibelli em elogiar a minha assessoria. E eu também o elogio.

Mas quero encerrar o meu pronunciamento apresentando uma homenagem à imprensa do Paraná, em nome do Dr. Francisco: não merece isto do Governador! O senhor terá, a partir do outro ano, um novo Governador que saberá respeitar toda a imprensa e principalmente todas as pessoas que ajudaram a construir a história deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PL.

(Declina)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pedi o aparte ao Deputado Valdir Rossoni; não foi concedido, mas queria fazer-lhes um apelo que amanhã, se puderem estar no plenário, - imagino que ele é assíduo, poder estar aqui, que nós vamos responder a todos, inclusive aos frutos que ele diz que o Governador está colhendo do Jayme Lerner. Já vou adiantar um deles: quarenta milhões por mês de pagamento ao Banco Central da herança maldita do BANESTADO.

Amanhã vou trazer todas as respostas para dar ao nosso competente e brilhante Deputado Valdir Rossoni, que respeito muito, mas não posso concordar com isso.

Amanhã nós queremos reservar o Grande Expediente para o Partido que vou responder a todas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zuchi)

Consulto à Liderança do PSL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PSL: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero parabenizar o Deputado Valdir Rossoni pela lucidez, pela clareza e com essa sua atitude engrandece o Parlamento, torna-o mais rico, mais cheios. É importante que possamos discutir esses números que estão aí. Mas existe um dado muito importante que tudo isso, e o Governador sabe disso, é o nó que ele não conseguiu desatar ainda, mas tenho certeza que ele vai desatar.

Quando um Secretário de Estado, através de um assessor de confiança, vai para a imprensa e acusa outro Secretário, no caso Luiz Mussi acusa Pissetti, de lhe pedir propina para poder liberar pagamento para a sua televisão.

Isso é muito grave, é gravíssimo, o Governador sabe e o povo do Paraná espera uma resposta para isso: que ele dê uma resposta, não pode ficar debaixo do tapete porque sabe o que vai acontecer? O tapete vai crescendo! E isto é muito perigoso.

Então, quando vejo as promessas feitas, foram compromissos de campanhas, no rádio, na televisão, na praça pública. E esses compromissos precisam ser cumpridos, e o povo espera exatamente isto. E quando nós vemos, como o Prefeito Beto Richa, que assumiu um compromisso na questão dos radares, começa a desarmar os radares “arapucas”, sinalizar onde eles estão, está cumprindo um compromisso de campanha. Ele está cumprindo e ao mesmo tempo resgatando a credibilidade de todos nós, homens públicos e políticos.

É isto o que nós precisamos. É isto o que o povo quer. É isto o que o povo precisa. Apenas para lembrar, nós precisamos de uma resposta nesta acusação do “fogo amigo”, em que um Secretário acusa o outro e não há uma resposta, até agora, para o povo do Paraná.

Nós esperamos.

Mais uma vez, parabéns, Deputado Valdir Rossoni, pela sua lucidez, pela sua vontade, pela sua determinação e pela sua transparência nesses números todos. Os números estão aí. Vai ser muito difícil contestá-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zuchi**)

No horário destinado ao PSB, concedemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, ao abrir o meu pronunciamento nesta tarde, gostaria de prestar uma homenagem ao Prefeito Ângulo, José Manoel de Campos Silva, o “Zezão”, que foi eleito na semana passada em Brasília, Conselheiro e Coordenador dos Pequenos Municípios do Brasil, pela Frente Nacional de Prefeitos - FNP, ao lado do Prefeito João Paulo, do Recife, que é o Presidente dessa Frente. Nós sabemos que os Prefeitos do Paraná precisam se aproximar mais de Brasília. Precisam, realmente, ir buscar lá em Brasília um pouco mais de recursos, porque o Governo do Paraná vem “pisando na mangueira” dos Prefeitos. E quem sabe, agora possa, com os novos Prefeitos, ser um pouco mais complacente e ser um Governo mais sensível ao apelo e às necessidades dos Municípios.

Mas, venho à tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para falar aqui sobre os programas do Governo do Estado, também, Governo que tinha um compromisso popular de construir moradias para as populações de baixa renda, neste Estado e até agora não honrou com seu compromisso. E o único programa que o

Governo do Estado vem fazendo é o programa de índio: a construção da casa própria para as populações indígenas, lá nas reservas.

Então, as 200 mil casas só serão construídas se somarmos as casas construídas pelos Joões-de-barro, pelas árvores do Paraná afora, porque de outra maneira, isso é impossível. Não existe mais os programas de habitação no Governo do Estado do Paraná. O que existe, sim, é o início de uma propaganda que será maciça no Estado, que voltará a ser aquela “Ou o pedágio acaba ou baixa o preço”.

Até agora, o pedágio não acabou e não baixou o preço, e olha, não precisa de assessor para escrever discurso, quando a pessoa tem dentro de si a motivação para fazê-lo. Eu vi o Governador Roberto Requião na televisão e não tinha assessor que tivesse escrito para ele. Ele falou do fundo da sua alma: “Ou o pedágio acaba ou vai ter que baixar o preço! E eu sou um desatador de nós!”

Eu acho que a santa padroeira desatadora de nós do Governador Roberto Requião está deixando-o na mão. Ele não está sendo atendido no seu pleito pela “nossa senhora desatadora de nós”! E não foi assessor que escreveu o discurso para ele; foi feito do fundo da sua alma, como ele prometeu construir as casas e não constrói!

Lembro-me de uma outra do Governador: onde ele dizia - foi por aí que ele me motivou muito - lá pelos anos de 85, quando foi candidato a prefeito de Curitiba: “Parar, não paro. Esquecer, não esqueço. Se caráter custa caro, pago o preço. Pago, embora seja raro”. Isto é do Sidônio Muralha, nos escreveu lá em Portugal, quando perseguido pela ditadura. Sidônio era o Secretário Geral do Partido Comunista Português e escreveu estas palavras, que serviram para o Governador se eleger Prefeito de Curitiba. Assim como seu discurso bonito o fez, de novo, Governador do Paraná. “Se caráter custa caro, pago o preço!”

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quero que se registre nos Anais da Casa as presenças do Vice-Prefeito de Quedas do Iguaçu, Sr. Jaime; o Vereador Ivar; o Adolfo, o Laércio e o Fritz, todos de Quedas de Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zuchi**)

Devidamente registrado.

No horário destinado à Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero enaltecer o discurso do Deputado Valdir Rossoni que trouxe à tona, novamente,

informações que os paranaenses não se lembravam mais, os compromissos de campanha assumidos no horário eleitoral gratuito, propagado pelos quatro cantos do Estado do Paraná, pelo Governador eleito, Roberto Requião de Mello e Silva.

O pedágio é polêmica. Está na boca de todos os paranaenses. Mas, muitas coisas aqui foram citadas e relembradas. Eu, pessoalmente, não me lembrava, quando citado, sobre a questão relacionada às 200 mil casas que o Requião, no horário eleitoral gratuito, se comprometeu de construir no Estado do Paraná, e outras tantas coisas que foram propagadas.

Assusta-me e quero aprofundar-me no assunto. Acredito que tenhamos que convocar os representantes da Secretaria dos Transportes para vir informar a vontade que eles estão de implantar, nas rodovias paranaenses o tal do “pedágio público”. Como é que funciona, exatamente? O Estado, com o dinheiro dos contribuintes, arruma as estradas do Estado do Paraná. E logo em seguida, constrói uma praça de pedágio e começa a cobrar o pedágio de nós, paranaenses.

Eu não entendi bem. Quer dizer, o dinheiro público arruma as estradas, vem o Governador construir uma praça de pedágio para cobrar dos usuários. É um tanto quanto estranho, dos demais projetos de implantação e concessão de pedágios neste País afora, aonde a iniciativa privada, com o seu dinheiro, arruma as estradas, a partir disso, depois de prontas, ele começa a cobrar o pedágio nessas rodovias que ele arrumou com o seu dinheiro! Estou vendo que o Governador vai dar aqui bom dia com o chapéu alheio, novamente! Acredito eu, Sr. Presidente, ele vai querer confrontar com os pedágios que aí estão com esses que ele quer fazer, porque ele não baixou e não acabou, e aí ele tem que achar uma solução para poder falar e colocar para a opinião pública, porque as eleições estão chegando novamente e ele tem que ter uma resposta pela surra que ele está levando no Poder Judiciário das empresas de pedágio aqui no nosso Estado do Paraná. A Justiça tem dado todos os ganhos às concessionárias. Infelizmente o preço do pedágio não baixou, está caro, tem que baixar, e só vão conseguir baixar no diálogo, no entendimento; no entendimento baixa, agora na briga, no confronto, na crítica, com certeza o Governador vai continuar apanhando na Justiça.

Mas o que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é alertar novamente sobre a questão da segurança pública na região dos Campos Gerais e, também, no Estado do Paraná afora, a violência que cresce, a criminalidade e o roubo no campo, nas pequenas propriedades rurais, nas médias e nas grandes propriedades, aonde aquela famosa patrulha rural que foi implantada no Governo anterior, foram tiradas de ação, em especial na região aonde vivo, na região dos Campos Gerais.

Deputado Valdir Rossoni, nos últimos dois meses, nos últimos sessenta dias doze propriedades rurais foram saqueadas dentro dos Campos Gerais, vinte e quatro

equipamentos foram roubados, entre eles colheitadeiras, pulverizadores e tratores!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. traz à tona nesta Casa um dos temas mais importantes e polêmicos do Estado, que é a questão da segurança. A Rede Globo há alguns dias atrás mostrou a todo o Brasil os roubos que acontecem nas cidades de fronteiras. Não há nenhuma segurança nos Municípios de área de fronteiras, desde Foz do Iguaçu até o Sudoeste do Paraná. No Governo Lerner tínhamos as patrulhas agrícolas que agora praticamente não se investiu mais nada, as cidades são divisas secas e o Governo não está preocupado com isso, tanto é que o Deputado Federal Seara, e V. Exa. tem aí o documento, encaminhou um projeto de lei no sentido de encontrar um mecanismo para manter o controle das máquinas que são roubadas de uma forma aberta, sem que as autoridades tomem providências.

É realmente um ponto crítico deste Governo que tanto fala aos quatro cantos deste Estado em área de segurança, e os marginais estão roubando aberta e escancaradamente máquinas agrícolas, máquinas pesadas em todo o Estado do Paraná, e não se vê nenhuma ação deste Governo no sentido de proteger o nosso homem paranaense nessa área tão importante do nosso Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Eu quero aqui citar em cima dessa grande problemática que toma conta do nosso Estado do Paraná que é a falta de segurança, o Deputado Eduardo Seara apresentou um projeto de lei dentro do Congresso Nacional, que a partir do momento que aprovada esta lei, vai fazer com que todos os equipamentos, sendo agrícolas ou equipamentos para construção pesada, que forem adquiridos dentro do território nacional, tenham eles que ter um registro no DETRAN, como os automóveis que hoje são comercializados, comprados, e a partir da hora que sai das concessionárias terá que ter um registro no DETRAN. As máquinas agrícolas terão que ter também, e conto o porquê, Deputado Stica: o que acontece hoje se eu adquiro uma máquina e vendo-a para outro agricultor, esse agricultor vai transportá-la de Ponta Grossa ao Mato Grosso, ele só tem a necessidade de ter, Deputado Anibelli, um recibo simples para poder cruzar as fronteiras do nosso país!

Se ele tiver meramente um compromisso de compra e venda do equipamento, ela passa a fronteira. Isso faz com que tenhamos prejuízos nas propriedades rurais e vemos ladrões levarem para outro país ou outro Estado.

Um grande projeto do Deputado Eduardo Sciarra que vai fazer a obrigatoriedade de ter o registro no DETRAN, como os automóveis no dia de hoje têm. E mais, sem ter a necessidade de pagar licenciamento.

Um grande projeto. Depois de aprovado no Congresso Nacional irei ajudar adaptá-lo aqui no Paraná e que possamos coibir essa onda de roubos de equipamentos pesados agrícolas que estão acontecendo.

Está de parabéns o Deputado Sciarra. Espero que seja aprovado o mais rápido possível. Daí sim teremos um controle, e quem sabe, dessa forma, diminuir os roubos que acontecem. Infelizmente, a segurança pública do Paraná não está nem aí para o problema!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulta a Liderança do PDT.

(**Declina**)

No Horário do PMDB, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Confesso que me senti um pouco frustrada. Esperava, sinceramente, que o discurso do meu colega Valdir Rossoni tivesse a capacidade e a competência de contestar os números aqui apresentados pelo Governador Roberto Requião. Não o fez! Não conseguiu! Não conseguirá!

Usando as mesmas expressões do colega Valdir Rossoni, diria que foi um punhado de verborroquia, realjo fatigante, um discurso radical e fora de moda, na contramão da história, apostando nas ações do neo-liberalismo, que por certo são defensores. Um discurso do quanto pior, melhor. Um discurso tentando desqualificar a figura do Governador Requião.

Portanto, penso que, por mais que este Governo faça; por mais que apresente resultados positivos que estão colocados públicos e transparentemente na internet a quem quiser acompanhar, como disse aqui o Governador Roberto Requião desde a compra de um sabonete, todas as ações do Governo estão à disposição, coisa que certamente alguns companheiros não estavam acostumados.

Os números colocados, colega Valdir Rossoni, em relação a cinco mil crianças fora da escola, não correspondem com a verdade.

Liguei para a Secretaria da Educação, porque há pouco tempo fiz uma reunião com a Secretaria levando algumas demandas, e os números não batem. Não vou contestar hoje em termos de números, porque hoje não tenho em mãos. E não sou leviana. Vamos aqui a verdade em relação à questão da Educação no Estado do Paraná.

O Governador Roberto Requião conseguiu com suas ações firmes, corajosas e determinantes, e incomoda, sim, àqueles que viam o lucro das empresas deste Estado, e não o interesse público do povo do Paraná. É normal

para alguns, mas o povo do Paraná está acompanhado e está apostando no Governador Roberto Requião, porque nunca foi feito tanto em dois anos, em relação ao povo do Paraná como poderia ter sido feito em oito anos de um Governo entreguista, de um Governo toma lá dá cá; de um Governo da troca de favores; de um Governo clientelista; de um Governo que entregou o BANESTADO; de um Governo que sapateou para vender a COPEL e não conseguiu, de um Governo que trabalhou com muita força e teria conseguido se não fosse a organização popular fechar para balanço o Estado do Paraná.

O Governador Roberto Requião não é homem de escamotear, de fazer como fez o Governador anterior que diminuiu, deu às concessionárias o poder para as praças de pedágio em junho, e em julho, próximo à eleição, abaixou 50% o preço do pedágio, aumentando em seguida, num verdadeiro engodo, uma enganação, que é praxe dos Governos que não têm compromisso com a verdade e com o respeito ao povo do seu Estado.

O Governador Roberto Requião conseguiu reduzir o pedágio em até 42%. Isso não é nada?

Se fôssemos caminhoneiros e se o caminhão fosse a nossa ferramenta de trabalho, nós estaríamos dizendo que, apesar da guerrilha, da guerra travada do Governador Roberto Requião na Justiça, os projetos que lesam a população do Paraná, nós não teríamos conseguido abaixar o valor das viagens de um caminhão de seis eixos entre Cascavel e Ponta Grossa que estariam custando hoje 161 reais e quarenta centavos. Com as medidas impostas pelo Governo, caiu para 93, e o valor do veículo leve passou de R\$ 31,20 no mesmo trajeto para R\$ 18,10. Isso não é nada? Isso é muito, para quem usa diariamente as estradas do nosso Estado!

Durante dezoito meses o Governador conseguiu segurar as tarifas, que não tiveram acréscimo. Portanto, o Governador tem lutado, sim, e eu estranho e me chateio quando todos nós da Base de Sustentação do Governo fomos chamados, aqui, hoje (e isso sim, é desrespeito com os Pares) de apaniguados, que quer dizer protegidos e apadrinhados.

Neste Governo Roberto Requião não há apadrinhados, não há protegido, não há “lambe botas” e não há “papa-ovo”. Isso, de repente, pode incomodar alguns que estavam acostumados com esse tipo de comportamento...

Eu sou da Base de Sustentação do Governo, sou do mesmo Partido do Governador Roberto Requião, e não sou apadrinhada, não sou apaniguada e acho, sim, que esse tipo de discussão, além da tentativa de desqualificar o Governador, denigre a imagem de um grupo de companheiros e companheiras que defendem o Governador!

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de colocar que, certamente, incomodam-se sim, aqueles que insistem em um modelo neoliberal que visa lucro e que espezinham os direitos humanos de cidadania e garantia de qualidade de vida da população do Paraná.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputada?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Quero agradecer ao Presidente a condescendência e pedir desculpas ao companheiro, porque me empolguei no discurso e não vi que tinha terminado o meu tempo, mas temos que restabelecer a verdade, restabelecer a ordem.

Críticas, sim, - fazem parte do processo democrático, mas mentiras não - aí é um pouco demais!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Quero lembrar à Deputada Elza, com todo o respeito que tenho a ela, que o Governo neoliberal do Governador Roberto Requião tem como um dos seus principais Secretários de Estado aquele que ajudou a entregar o BANESTADO, como ela mesma disse, da tribuna, que é o Secretário Reinhold Stephanes.

Apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Natálio Stica, com a palavra no Horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Natálio Stica (PT)**O SR. NATÁLIO STICA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e em especial o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição.

O Deputado Rossoni faz um levantamento e cita vários pontos do discurso do Governador Requião. Anotei algumas coisas rapidamente e gostaria, pena que o tempo não vai ser suficiente, de lhe responder já algumas coisas.

O senhor falou da SANEPAR, que teve um lucro de 360 milhões, o maior da sua história, mas não lembra que no seu Governo ela acumulou prejuízo, e mais, foi no seu Governo que fez o malfadado pacto de acionista!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Uma questão de ordem, só para corrigir o número que o ilustre Líder equivocou-se em dizer. Eu não falei 360, falei 260. Desculpe.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Mas 260 milhões é lucro! Não lhe atrapalhei em 40 minutos, peço que o senhor não me atrapalhe nos 7 ou 8 que vou ter.

O senhor contesta os investimentos de saúde, nega o conceito da Organização Mundial que estabelece saneamento básico como política em saúde pública, e a OMS claramente que 75% das doenças hoje existentes têm origem nas questões hídricas.

De saúde ainda, Deputado Rossoni, quero dizer que ter hoje 2.7 leitos para cada 1000 habitantes é mais de que os 2.4 que tinha no seu Governo.

A COPEL, nobre Deputado, empresa orgulho dos paranaenses, que acaba de receber um prêmio como a melhor empresa das Américas, graças ao seu voto estava sendo entregue às multinacionais e ao sistema financeiro, diante da política criminosa do seu ex-Governador.

Estradas, nobre Deputado, vamos mostrar; hoje não tenho tempo, mas convido-o para estar aqui segunda-feira, pois já pedi o Grande Expediente para que o Tissot, Diretor do DER, venha aqui e traga os números do que está sendo feito no Estado do Paraná na malha rodoviária do nosso Estado, Deputado. Os investimentos que o Governador Requião está fazendo para recuperar a malha rodoviária que ficou jogada às traças nesses oito anos de desgoverno. E vamos trazer os números do que foi deixado pelo então Governador Requião e o que o seu ex-Governo fez com a malha rodoviária.

Pedágio, Deputado Rossoni, é verdade, o senhor tem razão. Esse continua sendo ainda o maior problema do Governador Requião. Quero lembrar, e a Deputada Elza já disse aqui, neste Governo já reduziu 43% em média do preço que deveria ter sido praticado pelo contrato deixado, essa herança maldita que o seu ex-Governador deixou.

E vamos aqui a alguns números dessa herança maldita. Havia uma previsão quando foi feito o contrato de 1747 quilômetros a serem feitos trabalhos na malha rodoviária pedagiada. Logo no primeiro aditivo feito, caiu para 1260 quilômetros. Numa "salopada" só tiraram 487 quilômetros dando uma benesse de praticamente 30% de vantagem a essas empresas que ganharam o pedágio no Paraná. E pior do que isso, só fizeram 288 quilômetros dos 1260 que fizeram no aditivo.

Vamos mais longe ainda. O senhor falou que o Governo Requião não cumpriu a promessa de baixar o pedágio. Ora, 43% não subiu por conta da guerra que este Governo tem feito contra o malfadado acordo feito pelo seu ex-Governador. E fora isso tem que dizer, sim, a verdade à população do Paraná. Tem que trazer números aqui para que a população saiba do contrato lesivo que foi feito. O que está acontecendo eu chamo de degraus. O Governador quando fez aquela campanha para a eleição, baixando o pedágio, retirando algumas obras, o seu governo para ganhar a eleição fez uma pseudobaixa de pedágio, retirando além de obras, como por exemplo, Deputada Elza, de Londrina, e Deputado André Vargas, Londrina tinha um contorno que era prometido para 2002. Sabem para quando jogaram esse contorno? Para 2014!

Maringá, Deputada Cida Borghetti, no acordo, um contorno para 2003, jogaram para 2008. E mais, fizeram os tais dos degraus, fizeram de conta que tiraram das concessionárias e disseram do acordo que deixaram, uma herança maldita também para o Governo que assume. Em

2003, além do que já está no acordo, que tem que ser repassado, mais de 4 a 13%, variando de concessionária para concessionária. Em 2004, de 8 a 13%. E em 2005, até 9%. Daí porque nós estamos pagando mais - contestado pelo Governador - e ganhando na Justiça, porque foi assinado pelo ex-Governador, o aumento futuro acima da inflação, acima dos índices acordados no contrato.

Ora, sai o Governo e deixa uma herança maldita, para os Governos que assumem, de pagar em escalonado o aumento, além do que está acordado de índice da inflação, que passa de 30%, o que foi pago por conta deste acordo feito com o ex-Governador e as empresas concessionárias. Pista dupla, a duplicação que era para ser feita com o acréscimo de 33 a 39%, a ser descontado em 2010 a 2014! E mais, todas as obras e, principalmente, de duplicação vão ser jogadas para o fim, quando vencer o contrato das empresas. Quando chegar no último ano, vai exigir-se que se faça a duplicação. As empresas não terão mais o compromisso de continuar.

Estes são os números! Esta é a herança maldita deixada por aquele que foi banido da política do Paraná e, se Deus quiser, com o apoio do povo, nunca mais retornará a fazer política suja no nosso Estado! Esta é a verdade que tem que ser dita. Estes são os números.

Encerro dizendo: começa mal, Deputado Scarpellini. Respeito os seus cabelos brancos, mas V. Exa. quer ganhar os dois anos, que aqui não pôde estar, nos dois que restam, usando a tribuna para tentar alvoroçar e mostrar o seu nome, inclusive com inverdades como disse aqui hoje, em relação à política habitacional do Governo Requião.

Acabei de pedir ao Secretário Romanelli - vai lhe entregar no seu gabinete - quando foi feito de casas neste Estado, para mostrar que não foi só habitação para os índios - que foram esquecidos também pelo ex-Governador Jaime Lerner, de quem o senhor me parece também ser um fã.

Portanto, amanhã teremos tempo aqui no Grande Expediente, para continuarmos. E na segunda-feira convidamos para ouvirem o Dr. Tissot, que vai trazer a verdade dos números.

Obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência da Mesa, por ter-me deixado passar um minuto do tempo permitido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna para fazer considerações sobre dois temas que entendo serem da mais alta relevância

para o Poder Legislativo. Primeiro, é em relação a um teste seletivo que será feito pela FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná, para selecionar 73 funcionários que vão trabalhar na TV Educativa.

Apenas um retrospecto para os Srs. Deputados.

No ano passado a Assembléia Legislativa recebeu uma Mensagem do Governo do Estado para criar 22 cargos em comissão para que pudéssemos resolver a questão funcional da TV Educativa, porque os Diretores - conforme palavra do Secretário do Planejamento, com quem conversamos pessoalmente quando o projeto estava tramitando na Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, dizia o então Secretário Reinhold Stephanes que seria necessário a criação desses cargos para resolver uma questão administrativa. E eu disse ao Secretário: se é para resolver questão administrativa, tenho certeza que a Bancada da Oposição vai entender a situação e vamos criar esses cargos. E nós criamos esses 22 cargos e seriam descontados dos 173 que estavam sendo contratados, terceirizados de uma ou de outra forma.

Foram criados 22 cargos, Deputada Elza Correia, e permaneceram 151 lá na TV Educativa. Agora tomamos conhecimento que a FUNPAR faz um teste seletivo para contratar 73 funcionários. E o que é que nós queremos fazer?

Nós, Deputados de Oposição, e inclusive a nossa assessoria técnica já está fazendo um levantamento para solicitar informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, porque no Governo passado também algumas Secretarias fizeram convênio com a FAMEPAR e o Tribunal de Contas mandou romper o convênio, porque era ilegal. Inclusive esses mesmos funcionários entraram na Justiça e não sei qual foi o desfecho dessas ações e agora o Governo do Estado quer fazer um convênio com a FUNPAR para colocar funcionários na TV Educativa! Ora! Acho que nós não podemos aceitar isso! E o que vai acontecer com os 151 cargos que lá estão hoje lotados?

Vão permanecer os 151 e mais os 73, através de um convênio ilegal, conforme o Tribunal de Contas, dado o parecer em relação a outros convênios em Governos passados, mas para que não cometamos nenhuma injustiça, vamos fazer a solicitação oficial ao Tribunal de Contas e que ele informe à Assembléia Legislativa se isso é legal ou não.

A outra questão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é em relação ao brilhante pronunciamento feito pelo Deputado Valdir Rossoni, quando fez considerações em relação ao pronunciamento feito nesta tribuna, do Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, no último dia 15, e quero fazer considerações apenas com relação a um assunto, que é o pedágio. O Governador do Estado do Paraná disse, desta tribuna, que o acordo que ele havia feito com as concessionárias não havia implicado em retirada de qualquer investimento previsto no contrato feito com o Governo do Estado e com as concessionárias.

Ora, Srs. Deputados! Temos em mãos um documento do dia 29 de julho de 2004, assinado por Roberto Requião, Governador do Paraná, Waldyr Pugliesi, que é Secretário dos Transportes, e Rogério Tissot, que é Diretor-Geral do DER.

Sr. Presidente, vamos ver o que é que diz esse contrato. Cláusula primeira: “o presente instrumento tem por objetivo alterações dos contratos de serviços”. Não vamos ler todo o *caput*. Vamos ler a letra “g”; O que é que o Governador do Paraná assinou?

Letra g: “alterações das obrigações contratuais da concessionária, mantendo-se as obrigações relativas à operação, conservação e restauração das rodovias, excluindo-se os investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação da capacidade”.

O que quer dizer isso? Retira todos os investimentos. E o que é que entendemos por ampliação de capacidade? Só tem duas: ou duplicação da rodovia ou terceira pista. E o Governador assina esse documento. Retirou a duplicação, retirou o trevo, retirou as trincheiras, retirou as passarelas. Assinou e não o outro, e ele vem nesta tribuna e diz que não retirou investimento nenhum! Ora, minha gente, ora, Srs. Deputados! Com quem está a verdade? Com o Governador que falou dessa tribuna ou a assinatura do Governador Roberto Requião, que assinou em conjunto com o Secretário dos Transportes e todas pessoas mais? O que é que diz mais, na letra “h”?

Letra “h”: “as obras de restauração, inicialmente previstas para o ano de 2004, terão seu prazo de execução ampliado até dezembro de 2005, sendo executados em 2004 a infra-estrutura e restauração”.

Deputado Anibelli, o que é que o Requião, quando era Senador, dizia em relação ao pedágio? “O pedágio no Paraná é um tapa-buraco, pintura de asfalto e roçada de mato”. Com esse Termo, assinado pelo Governador - está aqui escrito, não são palavras do Hélio - ele disse: “retira-se o investimento, não se faz os investimentos”. O que é que ficou o pedágio no Paraná? Com essas rodovias, a Rodovia das Cataratas, Deputado Dobrandino, que atingiu diretamente a nossa região? Tapa-buraco, pintura e roçada de mato. Isso é o que está escrito e assinado pelo Governador do Paraná, não são palavras do Elío. É só pegar o Termo, o contrato preliminar, assinado em julho do ano passado.

Aí eu pergunto, será que nós estamos falando a verdade? Aliás, eu participei de uma reunião na última semana e o Deputado Ademir Bier também, representante do Deputado Elton Welter, do Deputado Dobrandino, do Reni Pereira. Quando nós transmitimos isso para os empresários que estiveram nessa reunião, inclusive foi até colocada em dúvida a nossa palavra, mas esse documento, Sr. Presidente vai chegar na mão das pessoas que precisam saber e está aqui, se os senhores não têm conhecimento, para mostrar-lhes.

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o tempo de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Encerrou o meu pronunciamento.

Com toda certeza, Deputado Hermas Brandão, esse tema pedágio, nós não somos contra, em absoluto, mas temos que transmitir a verdade para toda a população do Paraná.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)

Eu gostaria de comunicar a todos os Deputados que amanhã já estará nos gabinetes, à disposição de todos, a Lei Orçamentária, a proposição dos vetos e a redação final, inclusive com o acompanhamento do Artigo 29 e do 30. Estará à disposição de todos.

Gostaria também de dizer ao Deputado Rusch que também encaminharemos às autoridades que estavam participando daquele Encontro, na sexta-feira, na cidade de Vera Cruz do Oeste, o Aditivo assinado pelo ex-Governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 011/2005, subscrito pelo Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a liberação do plenário, bem como autorização para a realização de Sessão Plenária Extraordinária, com Solenidade e Honras do Legislativo, em homenagem ao Dia do Trabalhador, a ser realizado em 27 de abril de 2005. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elío Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª discussão:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM SEGUNDA DISCUSSÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

A Mesa Executiva recebeu no dia de ontem 41 emendas apresentadas pelos Srs. Deputados e foram analisadas pela Comissão Executiva e as emendas aprovadas foram 07/2º, 09/2º, 12/2º, 14/2º, 17/2º, 23/2º, 24/2º, 26/2º, 29/2º, 30/2º, 31/2º, 34/2º, 35/2º, 39/2º, 40/2º, que passaram a integrar o Substitutivo Geral. Em votação o Substitutivo Geral, com a inclusão das referidas emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

O referido projeto virá amanhã em 3ª discussão e posterior em Redação Final.

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I Da Sede

Art. 1º – A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembleia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º – A Assembleia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I – Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – Extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura serão precedidas de Sessões Preparatórias.

§ 3º – A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembleia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

Seção I

Da Posse

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – Para que sejam evitadas confusões o nome parlamentar compor-se-á, salvo quando a juízo do Presidente, apenas dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da Sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º – Aberta a Sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos

Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se às seguintes formalidades: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado em pé, ratificará a declaração dizendo:

"ASSIM O PROMETO"

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º – Quando algum Deputado tomar posse em Sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, quando, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembleia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão Legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º – Tendo prestado compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 8º – O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º – O Presidente fará publicar no Diário da Assembleia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da Sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 5º – A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º – Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

§ 2º – A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º – Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º – Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas observadas as seguintes regras:

I – a escolha será feita na forma prevista no Estatuto de cada Partido ou conforme estabelecer a própria bancada e, ainda segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II – em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.

Art. 7º – No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da mesma Legislatura.

Parágrafo Único – A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º – A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, no primeiro, a maioria simples, no segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I – chamada nominal para a votação;

II – cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em chapa completa para os diversos cargos que compõem a Mesa;

III – colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV – colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V – o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coinci-

dência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VII – proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

VIII – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

IX - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

X - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas chapas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XI - será considerada eleita a chapa que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XII – proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I – no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II – no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III – no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV – em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco Sessões Ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

Capítulo IV

Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º – As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum, à qual caberá a competência de representá-los.

§ 2º – O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º – As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º – Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º – Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 6º – O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11 - A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante do Bloco Parlamentar, não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Capítulo V

Dos Líderes

Art. 12 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da Sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º - Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por Sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º - As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do artigo anterior.

Parágrafo Único - No Horário das Lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos, improrrogáveis.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Da Mesa

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a Sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º - Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a 5 (cinco) Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a legislatura, no início das Sessões Preparatórias da legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – apresentar à Assembléia, na Sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII – encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º, deste Regimento;

VIII – emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X – conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII – expedir resolução de Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVI – fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVII – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa;

XVIII - administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia;

XIX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XX - promulgar emendas à Constituição;

XXI - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único – A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

Seção I

Do Presidente

Art. 19 – O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir às Sessões Plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as Sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a Sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as Sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os Líderes e Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII - nomear os membros titulares e suplentes das Comissões, mediante indicação por escrito dos Líderes ou independentemente desta, se expirando o prazo fixado para este fim;

XXXIII - declarar a perda e lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXIV - assegurar os meios e condições necessárias ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXV - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo-se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira, durante a Sessão, proceder-se-á da mesma forma.

Seção II

Dos Secretários

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20, deste Regimento;

V – receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das Sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X – providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas, quando for o caso.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V – substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo II

Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

Capítulo III

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua competência;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado e outras autoridades;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando dilação de prazos, para a diligência;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

Seção II

Das Comissões Permanentes e sua competência

Art. 29 – A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete, entre outras:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e Ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao Presidente da Assembleia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;

XIII – convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

§ 2º – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

I – Comissão Executiva;

II – Comissão de Constituição e Justiça;

III – Comissão de Finanças;
 IV - Comissão de Orçamento;
 V - Comissão de Tomada de Contas;
 VI - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL;
 VII – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
 VIII – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
 IX – Comissão de Segurança Pública;
 X - Comissão de Saúde Pública;
 XI – Comissão de Redação;
 XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
 XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.
 XIV – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor;
 XV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente.
 Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de treze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada e verificando-se igual número de Deputados, por Partido ou Bloco Parlamentar, a escolha se dará por sorteio.

§ 2º - Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44 deste Regimento.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º – À Comissão Executiva compete:
 I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observa-

dos os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;
 IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;
 VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se, em caráter opinativo, sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I – criação de municípios;
 II – incorporação, fusão e desmembramento de município;

III – perda de mandato de Deputado;
 IV – transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI – Ministério Público;

VII – intervenção nos municípios;

VIII – alterações de códigos;

IX – organização e divisão judiciária;

X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão.

§ 3º – À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º – À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º – À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo: defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades: sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 7º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnicos-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 – À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13 – À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V – se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII – aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal: bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

§ 15 – À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente compete: manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e a ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual da Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

- I – Especiais;
- II – de Inquérito;
- III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º – Nenhum Deputado poderá ocupar simultaneamente, os cargos de Presidente e Relator em duas ou mais Comissões Temporárias.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º – Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, para que se possível, o retifique, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco Sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de

Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de (05) cinco Sessões, contadas do seu recebimento, o faça publicar no Diário da Assembléia, e o encaminhe:

I – à Mesa Executiva para as providências de alçada desta e submissão do relatório ao Plenário, para discussão e votação, dentro de cinco Sessões, contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projeto de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos pareceres em questão;

II – ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

VI – ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º – A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco Sessões.

§ 2º – O prazo previsto no *caput* deste artigo, não flui durante o recesso parlamentar.

Art. 39 – As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocarem-se para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 – As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito Sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Seção IV

Da Presidência das Comissões

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

§ 2º – O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

§ 3º – Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

I – convocar a reunião da Comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

II – presidir todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e,

resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

III - solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

IV - usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

V - usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

Seção V

Dos Pareceres

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

Seção VI

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar;

V - com a licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões Ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referi-

dos neste artigo, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º deste Regimento.

§ 6º – Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

§ 3º – Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

§ 4º – Não poderá o Autor de proposição ser dela o Relator, ainda que substituto.

Seção VII

Das Reuniões

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º – O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 – As reuniões Ordinárias ou Extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Somente os Deputados ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme deliberado, poderão assistir às reuniões secretas.

Seção VIII

Dos Trabalhos

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da Sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, observada alternância entre seus membros;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V – leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é concedido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto .

§ 4º - Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º - A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste artigo.

§ 6º - A qualquer dos membros da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado por escrito, se assim o desejar.

§ 7º - Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ 8º - Ao Projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo improrrogável de um dia.

§ 9º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados em todos os seus termos será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 10 – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na Sessão subsequente.

§ 11 – Em havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma Sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no inciso anterior.

§ 12 – Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas Sessões, se em Regime de Urgência, e de cinco Sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 14 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 16 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça.

§ 18 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 19 – À Comissão é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 20 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 21 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 22 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da Comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada pelo mesmo prazo ao Projeto de Lei; em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vista.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão recebidos pelo 1º Secretário da Assembléia, que no prazo de quarenta e oito horas encaminhará ao Presidente da Comissão e esta deverá enviar à Mesa os seus papéis, através do 1º Secretário.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

Seção IX

Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da Consultoria Técnica às Comissões, especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

Capítulo IV

Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às Sessões que forem realizadas que forem realizadas no horário regimental, previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 77 deste Regimento.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se Ajuda de Custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de assuntos particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58 deste Regimento.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Capítulo V

Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia;

III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão

Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73 deste Regimento, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Capítulo VI

Da Convocação do Suplente

Art. 76 – A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

TÍTULO III

DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Das Sessões da Assembléia

Art. 77 – As Sessões da Assembléia Legislativa serão Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as Sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas Extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras Sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A Hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as Sessões Ordinárias como as Extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das Sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de Sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, desde que presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a Sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer Sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade da Sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a Sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior, não prevalece no caso de apreciação de proposições em Regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

Seção I

Das Sessões Públicas

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, usando a expressão: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Parágrafo Único - O Deputado que pretender retificar a Ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em Ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida eqüitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101 deste Regimento.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder as votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado caso nenhum Deputado se inscrever ou solicitar a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na Sessão e os adiados na Sessão anterior, ficando destinado à explicações pessoais o tempo restante da Sessão.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a expressão “LEVANTA-SE A Sessão”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite

parecer de outra Comissão, desde que esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Seção II

Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim resolver a maioria dos seus Membros, através de requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará Secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, deverão ser assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

Seção III

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, no início do Grande Expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade.

Seção IV

Da Ordem do Dia

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I – em caso de preferência;
- II – em caso de adiamento;
- III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I – a discussão a que está sujeito;
- II – de quem é a iniciativa;
- III – a respectiva ementa;
- IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;
- VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

Capítulo II

Das Questões de Ordem

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada

dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da Sessão, poderá o Deputado solicitar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa do Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em Avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

Capítulo III

Seção I

Da Comissão Geral

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

- I – debate de matéria relevante;
- II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;
- III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;
- IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às Sessões das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e rádio, desde que devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato o exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia for cometido algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do responsável e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, administrativo e regulamentos policiais do Estado.

Capítulo V

Das Atas

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, na hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

§ 7º – Os pedidos de retificação da Ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, Ordinária ou Extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada por qualquer número.

TÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Capítulo I

Das Proposições em Geral

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso, em seguida da justificativa.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º – Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário da protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma Sessão em que forem protocoladas, e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – A Assembléia poderá decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Seção I **Dos Projetos**

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver convivência de seus Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV – autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do país ou do Estado, por mais de quinze dias;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo

que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fa-lo-á, em igual prazo.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de súmula enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção II Das Indicações

Art. 127 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão ou pedido de providência a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º – A indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º – A indicação será incluída na pauta da Sessão imediata à de sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º – Havendo pedido de destaque, a indicação será submetida à discussão e votação únicas.

Seção III Dos Requerimentos

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;

III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V – a retificação de ata;

VI – a inserção de declaração de voto em Ata;

VII – a observância de algum dispositivo regimental;

VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX – verificação de votação;

X – o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 – Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 – Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º – Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II – nomeação de Comissões Externas;

III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI – permissão para falar sentado.

§ 2º – Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II – dispensa de membro de qualquer Comissão;

III – dispensa de publicação de qualquer proposição;

IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI – remessa a determinada Comissão, de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º – Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I – convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III – criação de Comissões Especiais;

IV – Sessões Extraordinárias;

V – Sessões Secretas;

VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

IX - de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

Art. 132 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 – Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 – Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Seção IV Das Emendas

Art. 136 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões.

Capítulo II

Das Discussões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

Parágrafo Único – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação, e posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

§ 3º – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

- III – usar de linguagem imprópria;
- IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148 deste Regimento.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma Sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não exce-

derá a dez Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única Sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de Parlamentares;

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Capítulo III

Da Votação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na Sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos de Leis Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no

seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Seção II

Dos Processos de Votação

Art. 163 – São três os processos de votação:

- I – simbólico;
- II – nominal;
- III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará os Deputados que votaram a favor, levantarem-se a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento, e a

Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemerita.

Seção III

Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Seção IV

Do Encaminhamento da Votação

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo Único – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo 2º do artigo 148 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Seção V

Do Interstício

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe forem incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

Capítulo IV **Da Preferência**

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V - Leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar a emenda.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independem desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

Capítulo V **Da Urgência**

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

I - será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

II - expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os proje-

tos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º – Excetua-se o disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação para que apresente nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Capítulo VII

Do Autógrafo

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações, no prazo máximo de 10 dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

TÍTULO V

DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco Sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Capítulo II

Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º - Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Capítulo III

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte Sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º – Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 – Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

Capítulo IV

Do Projeto Orçamentário

Art. 202 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 203 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 – O Presidente da Comissão de Orçamento e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 – A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 209 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de

Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, cuja votação for requerida na forma do artigo anterior, serão incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 212 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Capítulo V

Dos Projetos Vetados

Art. 214 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

Capítulo VI

Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em Sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo VII

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

Capítulo VIII

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comis-

são de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo IX

Das Leis Delegadas

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III – direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez Sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez Sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 235 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 236 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 237 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI

DO DECORO PARLAMENTAR

Capítulo I

Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 238 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 239 - São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro.

Capítulo II

Das Vedações Constitucionais

Art. 240 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço

público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

Capítulo III

Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 241 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Parágrafo Único - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 242 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa ;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

Capítulo IV

Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 243 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indireta-

mente controladas, de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como Deputado.

Capítulo V

Das Medidas Disciplinares

Art. 244 - As medidas disciplinares são:

a) advertência;

b) censura;

c) perda temporária do exercício do mandato;

d) perda do mandato.

Art. 245 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 246- A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das Sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 247 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos regimentais, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 243, deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou Comissão tenham decidido que devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das Sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 248 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 240 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 241 e 242 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

Capítulo VI

Do Processo Disciplinar

Art. 249 - A sanção de que trata o artigo 247 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 250 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 254 deste Regimento, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 252 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 256 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 253 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este será assegurado atuar em todas as fases do processo dele tendo vistas sempre que solicitar.

Art. 254 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvir o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos artigos 245 e 246 deste Regimento, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 247 e 248 deste Regimento, procederá na forma do artigo 252 do Regimento.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 255 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 256 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 257 - O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 258 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Capítulo, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

Capítulo VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 259 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 260 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho, respeitada a proporcionalidade partidária.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 243 deste Regimento.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 245 e 248 deste Regimento, independentemente da legislatura ou Sessão Legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 261 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a descrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a Sessão Legislativa.

Art. 262 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

Capítulo VIII

Corregedoria Parlamentar

Art. 263 - A Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos da mesma forma pela qual o são eleitos os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimen-

tos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

TÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Capítulo Único

Da Iniciativa de Leis

Art. 268 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça livrá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII

Capítulo Único

Da Secretaria da Assembléia

Art. 269 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO X

Capítulo Único

Das Disposições Finais

Art. 271 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou Sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou Sessão Legislativa inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 271 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 272 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 273 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislações anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 274 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

Requerimentos:

Sobre a mesa, Requerimento nº 089 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 090 de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 091 de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 092 de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 093 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 094 e 103 de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096 de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 097 e 098 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 099 a 100 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 102 de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para registrar a presença, neste plenário, do Prefeito do Município de Realeza, Eduardo, seu vice Robson, do nosso Partido PT, e também do Vereador do PDT, Derli.

Ordem do Dia da Próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

Ofício Circular nº 049/PRES.

Dr. Rodrigo Costa da Rocha Loures

Senhor Congressista,

A propósito da recém-editada Medida Provisória nº 237/2005, que contempla modificações especialmente aumento na base de cálculo de IRPJ e CSLL de 32% para 40%, esta Entidade paranaense de empresários da indústria tem a considerar o que se segue.

O Brasil vive sob o signo da *presunção*, embora os ingentes esforços de quase onze anos para erigir uma moeda estável, não sem razão cunhada com a denominação Real. E sempre que se *presume*, a realidade das coisas vira ficção.

Acionam-se políticas públicas sem o cuidado de pesquisar a fundo as verdades que o mundo concreto oferece. Até mesmo contra provas em contrário, consequências deduzidas de certos e isolados atos ou fatos são estabelecidas como verdade.

Na seara das relações entre o Estado e o cidadão viceja o pressuposto de que se alguém realiza atividade, inclusive, p.ex., a de movimentar recursos financeiros em conta-corrente bancária, é capaz, é apto - e só por isso (sofisma de composição) - a contribuir para os cofres públicos, a pagar um tributo como a CPMF.

Dimensiona-se o quanto o contribuinte deve pagar de PIS, de COFINS, de ICMS, de IR, de CSLL a partir de pautas fiscais, de estimativas, cujos valores, porque *pre-*

sumidos, ficam distantes dos efetivos preços de mercado, afastam-se da conformação concreta dos resultados dos negócios, criam, enfim, uma realidade “jurídica” distinta da realidade dos fenômenos. O que deveria ser instrumento a facilitar o processo de arrecadação de tributos, transforma-se em adaga para golpear os cidadãos, extralhos maiores nacos de seu patrimônio e de sua renda.

Inobstante se queira conviver em um ambiente de estabilidade, o contribuinte brasileiro continua sendo açoitado e surpreendido com providências da administração governamental que se imaginavam proscritas.

A iniciativa mais recente veio consubstanciada na Medida Provisória 237/2005 (232-2004). Instituída ao pretexto de corrigir os valores das tabelas progressivas para cálculo do imposto de renda das pessoas físicas (congelada havia tempos, parece que também sob a *presunção* de que os rendimentos das pessoas não estavam sendo corroídos pela inflação, conquanto relativamente pequena no decurso do plano Real), a MP 237 é o retrato fiel das artimanhas do “ogro” invisível para expandir sua sanha arrecadatória.

Só assim é possível explicar o aumento da carga tributária (a) sobre as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, configurada na *presunção* de que o lucro desses entes econômicos não é apenas de 32%, mas de 40%, justificando-se, então, cálculo do IRPJ e da CSLL sob esta nova base; (b) sobre as pessoas jurídicas com investimentos no exterior, ao pressuposto de que incorrerá variação cambial a compor receita tributável no futuro pelo IRPJ e CSLL (justo no momento em que o Real se encontra fortemente apreciado), e (c) sobre as pessoas físicas produtoras de matérias-primas agrícolas e prestadoras de serviços de transporte rodoviário de cargas, submetidas a retenção de 1,5% de imposto de renda sobre as mercadorias e serviços fornecidos a pessoas jurídicas processadoras dessas mercadorias ou tomadoras desses serviços, à *presunção* de que sempre se produz um bem ou serviço com lucro.

Em uma palavra: *presume-se* que estejamos todos operando os negócios com as ferramentas de um sistema tributário economicamente eficiente, quando a realidade nos indica estarmos nos enredando em um modelo de tributos cada vez mais caótico.

Tudo isto amplia e consolida a convicção de que se faz hora de nos lançarmos o desafio de conceber definitivamente um sistema tributário pátrio que perfilhe os cinco princípios básicos enunciados por tratadistas internacionais que se debruçam sobre esta questão:

Eficiência: o sistema não deve interferir com a eficiente alocação de recursos.

Simplicidade Administrativa: a administração do sistema deve ter baixo custo, seja para o fisco, seja para o contribuinte.

Flexibilidade: o sistema deve ser capaz de responder facilmente (ou até automaticamente) a mudança no ambiente econômico.

Responsabilidade política: o sistema deve ser transparente, os contribuintes devem ser capazes de dizer quanto pagam e por quê, ao mesmo tempo em que avaliam o quanto o sistema reflete suas preferências.

Justiça: o sistema deve ser e parecer justo, tratando aqueles em circunstâncias similares com isonomia e impondo tributos mais altos àqueles que podem arcar com o peso da tributação.

Não é preciso muito esforço para inferir que, se praticássemos um regime de tributos que incorporasse tais valores, já nos teríamos guindado ao estado de sociedade próspera e desenvolvida.

De conseguinte, as considerações antes assinaladas têm a manifesta intenção de, em nome da indústria paranaense, encarecer ao nobre Congressista que **rechace** a indigitada Medida Provisória nº 237/2005 e se empenhe na concepção e na aprovação urgente de um modelo de tributação para o Brasil em linha com as recomendações científicas universalmente aceitas. Assim, estar-se-á contribuindo para que o nosso País retire as amarras que ainda tolhem o seu desenvolvimento sustentado.

Atenciosamente,

RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES

Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

Paraná pede Justiça

Gazeta do Povo

Com exportações superiores a US\$ 9 bilhões, o Paraná contribuiu de forma significativa para saldo comercial recorde obtido pelo Brasil no ano passado, de US\$ 33 bilhões. Nossa produção agropecuária, que corresponde a 25% da nacional, foi um dos principais fatores do êxito brasileiro no comércio exterior, assim como o foi o desempenho da indústria automobilística aqui instalada. Deste modo, o Paraná se consolida como uma economia altamente dinâmica, moderna e inserida na estratégia brasileira de desenvolvimento, baseada fundamentalmente na expansão das exportações.

Estes são apenas alguns exemplos mais recentes da importância da contribuição que o Paraná vem historicamente oferecendo para o país. Suas enormes potencialidades, porém, nem de longe estão esgotadas, especialmente se comparadas a de outros estados. Muito pelo contrário, graças a sua posição geográfica estratégica, ao estágio tecnológico que alcançou principalmente ao longo da última década e à infra-estrutura de que já dispõe, o Paraná continua sendo solo fértil para investimentos produtivos de múltiplos setores, de modo especial

os da agroindústria, do metal-mecânico e do eletro-eletrônico.

Portanto, fomentar o crescimento econômico do Paraná é apostar no crescimento do próprio país. Trata-se de um raciocínio que, mesmo em sua simplicidade, seria suficiente para aconselhar o governo federal a dispensar melhor tratamento ao nosso estado, dotando-o de melhores condições para expandir o desempenho dos setores que já domina, bem como para atrair e acolher novos empreendimentos.

Esta é a visão que este jornal, com sua tradição de defesa intransigente das grandes causas paranaenses, reafirma no momento em que as nossas maiores entidades empresariais, ligadas ao comércio, à indústria e à agricultura, se unem para reivindicar do governo federal mais atenção e mais recursos para a melhorar a infra-estrutura do estado. Reivindicação que nasce, sobretudo, da constatação de que o Orçamento da União para 2005 contempla o Paraná com apenas R\$ 160 milhões, quando o mínimo necessário chega à casa de pelo menos R\$ 600 milhões para melhorias apenas no setor de transportes. Só o Porto de Paranaguá precisaria de investimentos da ordem de R\$ 100 milhões, mas foi lembrado com apenas R\$ 3,1 milhões.

As prioridades definidas pelas entidades situam-se em obras que consideram mais imediatas, como a recuperação das rodovias federais que cortam o estado (vitais para sua completa integração no MERCOSUL), a expansão da malha ferroviária e a superação dos seus inúmeros gargalos, a modernização do Porto de Paranaguá e a ampliação do Aeroporto Afonso Pena. Se forem consideradas outras melhorias importantes embora menos emergenciais, a necessidade de investimentos públicos em obras de infra-estrutura no Paraná subiriam a R\$ 3 bilhões. Sem as obras mínimas mencionadas, dizem os empresários, a infra-estrutura estadual de transportes entrará em colapso a curto prazo, caso seja mantida a expectativa de crescimento do PIB brasileiro a uma taxa de 5% ao ano.

As reivindicações paranaenses deverão tomar a forma de um memorial a ser endereçado ao presidente da República e às demais autoridades federais responsáveis - lembrando-os de que o Paraná não exige nada além do que lhe é justo. E nem será preciso prometer que nosso estado responderá ao atendimento de seus pleitos com uma contribuição ainda maior do que aquela que, hoje e historicamente, já vem dando ao país.